

Educação é um Direito:

A experiência do projeto
Territórios em Rede em
Bom Jesus do Tocantins

**Bom Jesus
do Tocantins**

Pará

Territórios
em Rede

B
Eu

BOM JESUS

DO TOCANTINS - PA



Educação é um Direito:

A experiência do projeto
Territórios em Rede em
Bom Jesus do Tocantins

Bom Jesus do Tocantins

Pará

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação é um direito [livro eletrônico]: a experiência do projeto Territórios em Rede em Bom Jesus do Tocantins/
Miriam Krenzinger... [et al.];
organização Eliana Sousa Silva...[et al.];
coordenação Associação Cidade Escola Aprendiz. 1. ed.
São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2024.
PDF

Outros autores: Natália Guindani, Bruna Musumeci,
Luiza Santos, Fernando Mendes, Julia Ventura,
Dalcio Marinho.
Outros organizadores: Julia Ventura, Natacha Costa,
Raiana Ribeiro.
ISBN 978-85-64569-30-0

1. Crianças e adolescentes - Educação 2. Direito à educação
3. Educação - Projetos 4. Exclusão escolar
5. Políticas educacionais 6. Projeto Territórios em Rede.

I. Krenzinger, Miriam. II. Guindani, Natália. III. Musumeci, Bruna.
IV. Santos, Luiza. V. Mendes, Fernando. VI. Ventura, Julia.
VII. Marinho, Dalcio. VIII. Silva, Eliana Sousa.
IX. Associação Cidade Escola Aprendiz. X. Ventura, Julia.
XI. Costa, Natacha. XII. Ribeiro, Raiana.

24-236540

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Projetos educacionais: Planejamento e gestão: Educação 370

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Educação é um Direito:

A experiência do projeto
Territórios em Rede em
Bom Jesus do Tocantins

Bom Jesus do Tocantins

Pará

2024

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Investidor:



Parceiro Institucional:





Territórios em Rede
Bom Jesus do Tocantins

O projeto Territórios em Rede tem como objetivo identificar crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que não estão estudando ou em risco de evasão escolar e reinseri-los nas escolas públicas de Ensino Básico em todo município de Bom Jesus do Tocantins.

Territórios em Rede
Projeto Vivemos de Unir Letas
Iniciativa Social

Foto: João Vítor – Norte Sul Studio, 2022.

Apresentação

A Fundação Vale, criada há mais de 50 anos, tem a missão de contribuir para o desenvolvimento social dos territórios onde a Vale atua. Por meio do fortalecimento de políticas públicas e da atuação conjunta com instituições parceiras, soma esforços para transformar a realidade dos públicos atendidos pelos seus programas.

Atualmente, a Fundação Vale desenvolve atividades principalmente em cinco estados – Pará, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro –, e conta com uma rede de parceiros institucionais, executores e investidores para potencializar seu trabalho nos campos de Educação, Saúde, Assistência Social e Geração de Renda.

Fazem parte dessa rede as secretarias municipais, empresas privadas e públicas, além de organizações do terceiro setor com experiência em políticas públicas como a Associação Cidade Escola Aprendiz, entre outros.

No campo da Educação, a Fundação Vale foca hoje no desenvolvimento de ações de fortalecimento dos processos de alfabetização e de combate à exclusão escolar, visando a promoção do Direito à Educação de qualidade para todos.

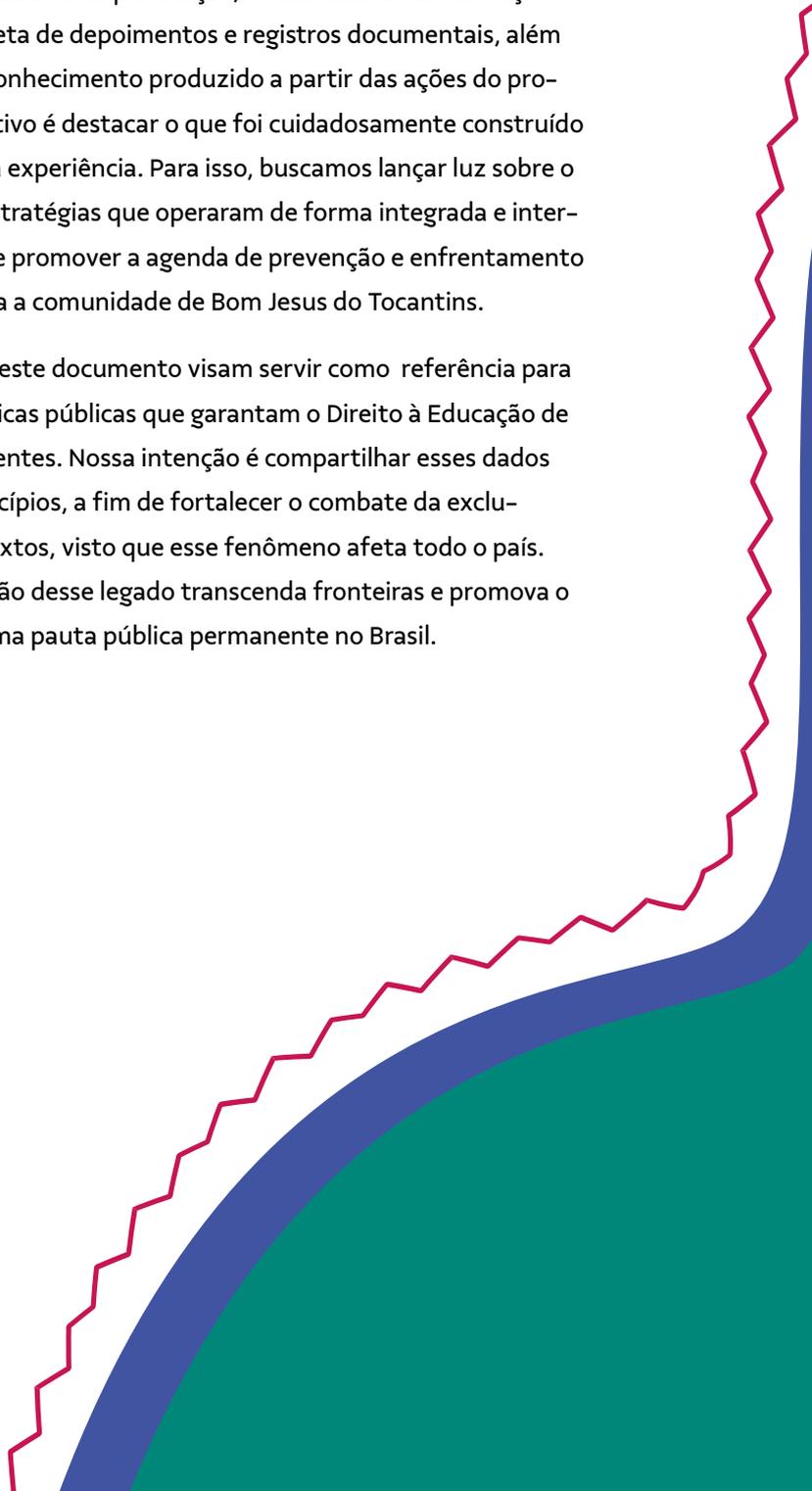


www.fundacaovale.org

A sistematização da experiência do projeto Territórios em Rede em Bom Jesus do Tocantins (PA), apresentada nesta publicação, é resultado de um esforço coletivo que envolveu a coleta de depoimentos e registros documentais, além da organização de todo o conhecimento produzido a partir das ações do projeto em campo. Nosso objetivo é destacar o que foi cuidadosamente construído e vivenciado ao longo dessa experiência. Para isso, buscamos lançar luz sobre o processo de cocriação de estratégias que operaram de forma integrada e inter-setorial, com o propósito de promover a agenda de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar em toda a comunidade de Bom Jesus do Tocantins.

Os registros consolidados neste documento visam servir como referência para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o Direito à Educação de todas as crianças e adolescentes. Nossa intenção é compartilhar esses dados e análises com outros municípios, a fim de fortalecer o combate da exclusão escolar em novos contextos, visto que esse fenômeno afeta todo o país. Esperamos que a organização desse legado transcenda fronteiras e promova o Direito à Educação como uma pauta pública permanente no Brasil.

CIDADE ESCOLA
APRENDIZ



Sumário

7 Apresentação

11 Introdução

11 O projeto Territórios em Rede

16 O município de Bom Jesus do Tocantins (PA)

21 A implementação do Territórios em Rede em Bom Jesus do Tocantins

21 Pressupostos Éticos e Conceituais

25 Passos Estruturantes

71 Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Bom Jesus do Tocantins

71 Observações Gerais

76 Destaques

81 Cenários da exclusão escolar

81 Motivos da exclusão escolar

83 Casos Ilustrativos

85 Intersetorialidade

89 Resultados e impactos

89 Métodos de Identificação e Resultados

92 Incidência Política

99 Considerações e aprendizagens



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

Introdução

O projeto Territórios em Rede

A Fundação Vale, em parceria com a Cidade Escola Aprendiz, iniciou a implementação do projeto Territórios em Rede (TR) em 2020, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento social e territorial de municípios a partir da agenda de enfrentamento da exclusão escolar. Por meio da articulação de setores governamentais e não governamentais, o projeto incentivou o desenvolvimento de políticas públicas e ações que visavam contribuir para a garantia do acesso e da permanência de crianças e adolescentes na rede pública de ensino, tendo se iniciado nos municípios de Serra (ES) e Marabá (PA), expandindo-se, em 2021, para outros municípios no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Pará.

Sob essas condições, a iniciativa destaca e enfatiza a importância da efetivação do Direito à Educação no Brasil, previsto na Constituição Federal de 1988, como um esforço conjunto do Estado e da sociedade.

- Em nível nacional, a pandemia de covid-19 agravou o risco de exclusão escolar, afetando principalmente crianças e adolescentes que já enfrentavam dificuldades na Educação. Isso ampliou as já existentes desigualdades de acesso e permanência na escola, com mais de 5 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos não matriculados ou sem acesso à aprendizagem, sendo que mais de 40% eram crianças de 6 a 10 anos, uma faixa etária cujo acesso à escola era praticamente universal antes da pandemia.¹

¹ Dados do relatório Cenário da Exclusão Escolar no Brasil, publicado em 2021 pelo Unicef a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019.

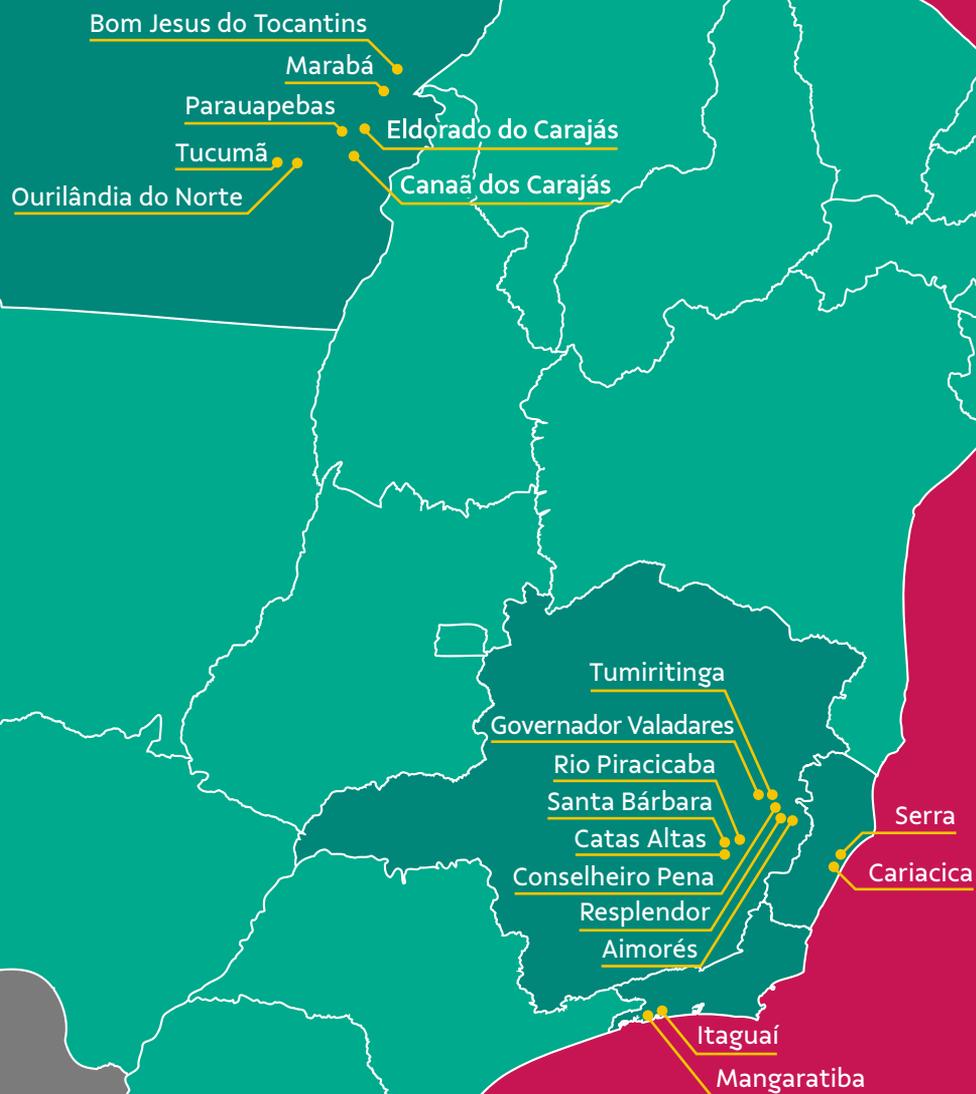
Inspirado por essa perspectiva ético-política e legal, garantir o acesso à Educação como um direito fundamental requer a implementação de ações estruturadas e direcionadas a interromper a perpetuação e reprodução das desigualdades sociais e diversas formas de violência que afetam principalmente a população pobre, negra e infantojuvenil de nosso país.

Dessa forma, a garantia de uma Educação de qualidade para crianças e adolescentes está intrinsecamente relacionada ao caráter inclusivo da escola e, conseqüentemente, à redução da pobreza e das iniquidades sociais. Tal desafio se complexificou com as crises econômica, ambiental e sanitária que assolaram o país nos últimos anos, afetando especialmente as crianças e os territórios mais pobres, por estarem mais vulnerabilizados e desassistidos pelas políticas públicas e pelas redes de proteção social.

Os municípios da Serra (ES) e de Marabá (PA) foram referências para a expansão do Territórios em Rede para outros 17 municípios do país ao longo dos anos subsequentes. Entre 2021 e 2024, o projeto foi realizado em localidades que abrangem mais de 2 milhões de pessoas.

Durante quatro anos de atuação contínua, com base em diferentes tipos de atividades – formações, apoio à gestão, levantamento de dados, etc. –, o Territórios em Rede (TR) conseguiu reintegrar um número expressivo de crianças e adolescentes ao sistema educacional. Esse resultado demonstra o potencial da abordagem intersetorial e interdisciplinar, com foco na Busca Ativa escolar, como estratégia eficaz para assegurar a Educação e a proteção social, especialmente àqueles que se encontram sob violações de direitos.

Desde a sua concepção, o projeto enfatizou a importância da incidência política, visando a estruturação e articulação de políticas públicas sustentáveis voltadas à prevenção da exclusão escolar. As experiências acumuladas reforçam a compreensão de que abordagens isoladas em políticas sociais podem resultar em ações fragmentadas que, frequentemente, não conseguem alcançar o impacto desejado na prevenção da exclusão escolar, especialmente considerando a complexidade dos fatores que afetam as condições de vida dos segmentos mais vulneráveis da população.



**Municípios de atuação do
Territórios em Rede**

Especialmente durante a pandemia de covid-19, a Busca Ativa escolar mostrou-se uma estratégia essencial para apoiar e fortalecer o diálogo entre as unidades escolares, os demais agentes do Sistema de Garantia de Direitos e as famílias. Essa articulação permitiu que situações de insegurança alimentar, violência doméstica, dentre outras violações de direitos, fossem identificadas e encaminhadas pela rede de proteção local, reafirmando a escola pública brasileira não apenas como um equipamento capaz de promover aprendizagens e o desenvolvimento de crianças e adolescentes, mas também uma estrutura fundamental para o acesso aos demais direitos sociais.

Como ponto de partida, o Territórios em Rede assumiu o conceito de exclusão escolar² ou desvinculação escolar como um fenômeno complexo e multidimensional que afeta crianças e adolescentes que:

- estão sem acesso à unidade escolar;
- possuem acesso à unidade escolar e estão matriculados, mas não frequentam regularmente as atividades escolares;
- não estão matriculados devido a múltiplos fatores psicossocioculturais;
- não estão matriculados devido à falta de vagas na rede pública de Educação e/ou vagas próximas a suas residências;
- abandonaram ou evadiram o sistema educacional;
- foram afetados por situação de calamidade pública, desastres ambientais, epidemias e/ou crise sanitária com riscos à sua saúde e a de seus familiares e não participam de nenhum programa educacional oficial estruturado.

² Julia Ventura, gestora estratégica do Territórios em Rede, em sua tese de doutorado (2021) demonstrou que fatores como discriminação racial e de gênero, pobreza urbana e rural, violência e baixa escolarização familiar são alguns dos desafios enfrentados para o acesso e a permanência na escola. Também estão entre os(as) mais excluídos(as) meninas e meninos com deficiência, migrantes, quilombolas e indígenas, em situação de trabalho infantil, que vivem em unidades de acolhimento institucional, sofrem algum tipo de exploração ou estão em conflito com a lei. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54745/54745.PDF>.

Dessa forma, a exclusão escolar é entendida como um problema sistêmico, causado pelas profundas desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais que nos caracterizam como sociedade. Por isso, os caminhos para sua superação demandam uma atuação permanente, mas também urgente e prioritária, até que seja definitivamente erradicada.

De olho na legislação

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e o Plano Nacional de Educação (2014–2024), o Brasil estabeleceu metas ambiciosas e necessárias, que seguem distantes de serem alcançadas. Uma delas é a universalização do Ensino Fundamental de nove anos para crianças de 6 a 14 anos, com a meta de que, pelo menos, 95% delas concluam essa Etapa da Educação Básica na idade recomendada. Além disso, o PNE busca universalizar a Educação Infantil na Pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, expandir a oferta da modalidade em creches para atender, pelo menos, metade das crianças de até 3 anos de idade, no país, e aumentar a taxa de matrículas de adolescentes entre 15 e 17 anos no Ensino Médio para 85%.

Por isso, a Fundação Vale e a Cidade Escola Aprendiz compreendem o Territórios em Rede como iniciativa-chave para o enfrentamento da exclusão escolar no país. Respeitando as diversidades de cada território, a proposta oferece caminhos para o desenvolvimento territorial dos municípios em múltiplas frentes, reconhecendo as capacidades técnicas dos agentes e sua possibilidade de criar a metodologia a partir de suas necessidades.

O município de Bom Jesus do Tocantins (PA)

Bom Jesus do Tocantins é um município localizado no sudeste do estado do Pará. Apesar de estender-se por quase 2.817 quilômetros quadrados, a área urbanizada representa uma pequena parte desse total: 3,93 quilômetros quadrados.

Conta-se que, em 1964, estabeleceram-se alguns moradores na região onde hoje localiza-se Bom Jesus do Tocantins, criando o povoado que seria fundado em 1969. Esse novo contexto teve como principal motivação a construção, nesse mesmo ano, da rodovia PA-070, rebatizada posteriormente como BR-222, que liga Fortaleza, capital do Ceará, a Marabá (PA).

Com o tempo, a emancipação político-administrativa tornou-se necessária. Em 1988, foi realizado um plebiscito a respeito, sendo a votação aprovada com praticamente 100% dos votos. O nome do município deve-se à religiosidade de sua população e ao Rio Tocantins, localizado ao sul do seu território.³

No município paraense também se encontra a Terra Indígena Mãe Maria, dos povos originários Gavião Parkatejê, Gavião do Oeste e Gavião da Montanha. Possuindo uma área de 62 mil hectares, foi homologada em 20 de agosto de 1986, contando, atualmente, com 760 habitantes. A denominação “Gavião” foi atribuída a diferentes grupos Timbira, no século XX, por exploradores que se deparavam com a bravura da sua resistência.

Quanto à economia, Bom Jesus do Tocantins tem como principal atividade, desde os anos 70, a pecuária extensiva, sobretudo por conta da abertura da atual rodovia BR-222. O município é autossuficiente na produção de leite e carne bovina, mas não é capaz de processar toda a sua produção, que é repassada *in natura* para outras cidades. A extração de madeira também cresceu muito nesse período, sobretudo para a fabricação de carvão vegetal, o que, mais tarde, veio a ser proibido. A partir de 2004, a região começou a lucrar

³ <https://bomjesusdotocantins.pa.gov.br/o-municipio/historia/>.



Fonte: Domínio público

com a produção de carvão a partir do coco babaçu, mais viável e ecológica. No entanto, a crise no setor metalúrgico de Marabá reduziu drasticamente essa atividade.

A cidade do sudeste do Pará também compõe a fronteira agrícola da Amazônia, onde há grande quantidade de *commodities* agrícolas, dentre as quais amendoim, arroz, feijão, milho, melancia, mandioca, banana, coco e urucum. No extrativismo vegetal, o destaque é a castanha do Brasil.

Segundo o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui 18.005 habitantes. A população é composta por 11.633 pessoas pardas (64,6%), 1.314 pretas (7,3%) e 1.077 indígenas (6%). Os brancos e amarelos somam, respectivamente, 3.963 (22%) e 18 (0,1%) pessoas.

Em 2022, havia 1.791 pessoas ocupadas em emprego formal, o que representa 10% da população. Já o rendimento médio desses trabalhadores formalizados era de 1,9 salário-mínimo.⁴

⁴ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/bom-jesus-do-tocantins/panorama>.

No mês de julho de 2024, o município de Bom Jesus do Tocantins teve 4.339 famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, sendo 2.179 (50%) em situação de pobreza. Essas famílias somavam 11.107 pessoas, com 6.364 (57%) em situação de pobreza. Para fins dos programas de renda do Governo Federal, conforme a Lei 14.601, de 19 de junho de 2023, a família em situação de pobreza é aquela cuja renda mensal *per capita* não ultrapassa R\$ 218,00.

A atualização do cadastro a cada dois anos é requisito para o recebimento do benefício. Em julho de 2024, 81% das famílias estavam com o cadastro atualizado. Porém, entre as famílias com renda mensal *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, a atualização cadastral estava em 89% do total.

No mês de julho de 2024, o município de Bom Jesus do Tocantins teve 2.412 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Essas famílias reúnem 7.282 pessoas e totalizaram uma transferência mensal de R\$ 1.724.434,00, resultando em um benefício médio de R\$ 715,24 por família.

- **Importante**
- A situação de pobreza é
- caracterizada pela renda
- mensal de, no máximo,
- R\$ 218,00 por pessoa.
- Se a renda mensal não
- ultrapassar R\$ 109,00 por
- pessoa, a família é clas-
- sificada em situação de
- extrema pobreza.
- *Fonte: Ministério do*
- *Desenvolvimento Social – MDS,*
- *Governo Federal, 2024.*



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

Devido à pandemia de covid-19 e a interrupção das atividades escolares, o acompanhamento das condicionalidades de Educação foi suspenso na implementação do Bolsa Família. Porém, desde junho de 2022, voltou a ser obrigatório.

Em maio de 2024, 2.591 beneficiários de 4 a 17 anos de idade tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de Educação no município de Bom Jesus do Tocantins. No período, foram acompanhados 80,2%, o que totaliza 2.078 beneficiários entre 4 e 17 anos (a cobertura nacional de acompanhamento foi de 80,6%). Entre as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiários do Bolsa Família que tiveram o acompanhamento, 96,6% cumpriram a condicionalidade de Educação, que é de 60% de frequência escolar, para as crianças de 4 e 5 anos, e de 75%, para as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. As taxas de cumprimento da condicionalidade por faixa etária foram de 97,9%, na de 4 e 5 anos, 97,4%, na de 6 a 15 anos, e 89%, na de 16 e 17 anos.



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

A implementação do Territórios em Rede em Bom Jesus do Tocantins

Pressupostos Éticos e Conceituais

Direito à Educação

O projeto Territórios em Rede tem como principal pilar a defesa do Direito à Educação, que deve se concretizar a partir da corresponsabilização de diferentes setores da sociedade. Nessa perspectiva, o projeto desenvolve ações formativas em diferentes frentes, criando estratégias em diálogo com as múltiplas equipes e setores com os quais se relaciona.

Para assegurar o Direito à Educação de todas as crianças, o projeto defende não apenas a centralidade da escola, mas sua articulação ao Sistema de Garantia de Direitos e aos demais equipamentos que atendam a infância, adolescência e suas famílias, nas mais diferentes configurações.

Na escola, entende-se que o estudante deve estar no centro do processo educativo, considerando suas necessidades, interesses e contexto sociocultural. Isso significa reconhecer a singularidade de cada sujeito e território, promovendo estratégias pedagógicas adequadas a cada um e a cada uma.



“O Direito à Educação opera como um multiplicador. Ele potencializa todos os os demais direitos humanos quando garantido e impede o gozo da maior parte deles quando negado”.

— Katarina Tomasevski, 1ª relatora do Direito à Educação da Organização das Nações Unidas.

Território e Intersetorialidade

Ao mesmo tempo, o Territórios em Rede compreende a centralidade do território no desenvolvimento das políticas educacionais, particularmente para a efetiva inclusão das crianças e adolescentes que, por diferentes razões, estão fora da escola ou em risco de evasão escolar. Neste sentido, os seguintes pontos se destacam como pressupostos do projeto:

Contexto

O **território é contexto**. Como tal, ele expressa as identidades, a cultura, as condições de vida e a história das pessoas. Por isso, a construção de vínculos entre educadores e alunos e a pertinência do projeto pedagógico (condições essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento) dependem do reconhecimento e da integração da questão territorial.

Participação

A **gestão democrática** só se realiza na integração com o território, já que a participação efetiva das famílias e da comunidade depende de que as pessoas se sintam reconhecidas e parte do projeto educativo e responsáveis por apoiar o acesso à Educação das crianças e adolescentes.

Conhecimento

O **território**, seja ele qual for, é rico em interações significativas em estado potencial. Pessoas, saberes, recursos diferenciados podem ser articulados ao itinerário formativo dos estudantes, enriquecendo seu repertório, garantindo novas aprendizagens, ampliando seu olhar sobre o território e fortalecendo sua autonomia para estabelecer conexões possíveis para além das instituições.

Articulação Intersetorial

Para que as crianças e adolescentes possam acessar a escola e aprender é necessário criar condições para a sua **educabilidade** (TEDESCO, 2002).⁵

5 TEDESCO, J. C.; LÓPEZ, N. "Algunos dilemas de la educación secundaria en América Latina". *REICE* – Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación, vol. 2, n. 1, jan-jun, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55120103>.

Ou seja, é fundamental que condições dignas de vida e seus direitos estejam observados. Para isso, é importante contar com a interlocução permanente e com o trabalho integrado a equipamentos e agentes de todos os setores que tiverem contribuições relevantes a dar ao desenvolvimento integral das crianças e adolescentes (saúde, desenvolvimento social, cultura, esporte e lazer, etc).

Redes territoriais

Para tanto, é preciso reconhecer a importância das redes territoriais na promoção do Direito à Educação e na salvaguarda do próprio e dos demais Direitos Humanos.

Denominamos **redes territoriais** os coletivos, organizações que se formam no âmbito dos territórios e que envolvem diferentes atores sociais – ativismo comunitário, sociedade civil organizada, gestão pública, etc. – articulados em torno de temáticas e/ou objetivos comuns. Com estruturas flexíveis, as redes costumam reunir indivíduos e instituições de forma democrática e participativa.

As redes de organizações territoriais podem ser constituídas de modo informal ou formal. Nas redes informais, observa-se a articulação de **ações comunitárias e projetos locais**, que podem estar conectados e em parceria com indivíduos e coletivos sociais envolvidos em causas e pautas comuns. Estas organizações comumente se reúnem para discutir conjuntamente propostas de desenvolvimento local e para trocar informações sobre o território e os problemas da região.

Como estrutura formalizada, por sua vez, podemos compreender a criação de **redes de proteção social** estabelecidas no conjunto de serviços e setores governamentais que atuam de modo integrado nos territórios, buscando alinhamentos comuns para assistir as pessoas,

- **Importante!**
- Como princípio orientador,
- a **rede de proteção social territorial** desenvolve
- estratégias de integração dos
- agentes locais, procurando
- superar a lógica dos encaminhamentos por uma abordagem integrada, que prioriza a
- criação de comitês multidisciplinares de referência para
- cada família atendida.

em vez de apenas encaminhá-las de um serviço para o outro. As redes formais são estabelecidas por meio da formalização de programas e políticas públicas intersetoriais no nível dos territórios. Tais redes possibilitam alinhar agendas e unificar cadastros e sistemas de informação em uma lógica de colaboração.

A escola também compõe ou dialoga diretamente com essas redes – informais e formais – como parte integrante da dinâmica local do território em que se insere. Como um ator da comunidade atuante na melhoria das suas condições de vida e de desenvolvimento, a escola apoia o protagonismo das crianças e dos estudantes no processo de aprendizado, com foco na capacidade que têm de produzir conhecimento e atuar nas transformações de suas próprias vidas e comunidade.

Importância do Projeto Político Pedagógico (PPP)

A garantia do Direito à Educação pressupõe a articulação e colaboração entre escola e diferentes setores, organizações e sujeitos do território. O Projeto Político Pedagógico é uma estratégia para materializar e concretizar essas relações no ambiente escolar. Construído e monitorado colaborativamente, o PPP torna-se importante instrumento de democratização da gestão e do conhecimento.

A partir da articulação e mobilização de redes que envolvem diferentes agentes, programas, políticas públicas e iniciativas locais buscam-se condições contínuas para acesso à Educação e garantia da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes. Conectados por um objetivo comum, estes diferentes atores e instituições podem construir uma prática territorial interseccional com participação comunitária.

A atuação em rede, então, torna-se central para a efetivação da política educacional, com a participação ativa de famílias e da comunidade local. Esta abordagem está fundamentada em uma visão de escola pública participativa e democrática, voltada para o desenvolvimento comunitário sustentável e para a garantia do Direito à Educação de crianças e adolescentes.

Passos Estruturantes

O projeto Territórios em Rede ampliou suas atividades no Pará, em 2021, envolvendo os municípios de Bom Jesus do Tocantins, Eldorado do Carajás, Canaã dos Carajás e Parauapebas. Em Bom Jesus do Tocantins, a iniciativa foi implementada a partir de julho de 2021.

Inicialmente, a Fundação Vale e a equipe gestora do projeto realizaram uma apresentação para as prefeituras locais, com a presença das secretarias municipais de Educação, Saúde e Assistência Social. Esses encontros foram estratégicos para iniciar as visitas às instituições públicas e tiveram como objetivo alinhar os procedimentos e começar o trabalho de campo.



Divulgação do projeto nas instituições parceiras

Conhecendo o Território

Após as pactuações e alinhamentos iniciais com a gestão pública do município, a equipe gestora se concentrou em estabelecer as bases para a implementação de sua metodologia e alcance de suas metas centrais:

Meta primária

Reinsere 300 crianças na escola, considerando a estimativa de haver, aproximadamente, 500 crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão no município de Bom Jesus do Tocantins. Tal meta representaria atingir 60% do público estimado.

Meta secundária

Incidir sobre as políticas públicas de modo a fomentar a sustentabilidade das ações de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar, a partir de ações intersetoriais da gestão pública.

A meta primária foi calculada com base na relação entre as informações obtidas por meio do Diagnóstico Socioterritorial e a capacidade da equipe de campo disponível à época. Para apoiar a meta principal, foi estabelecido um conjunto de indicadores de processo, que também serviam ao monitoramento das atividades planejadas e executadas. A segunda meta teve como objetivo apoiar o trabalho das secretarias, a partir da estruturação de estratégias permanentes e intersetoriais.

Para atingir os objetivos e metas previstos, o projeto deu início a um conjunto de ações estratégicas. Enquanto algumas aconteceram no início da implementação do projeto, outras foram realizadas continuamente, ao longo de todo percurso do Territórios em Rede em Bom Jesus do Tocantins:

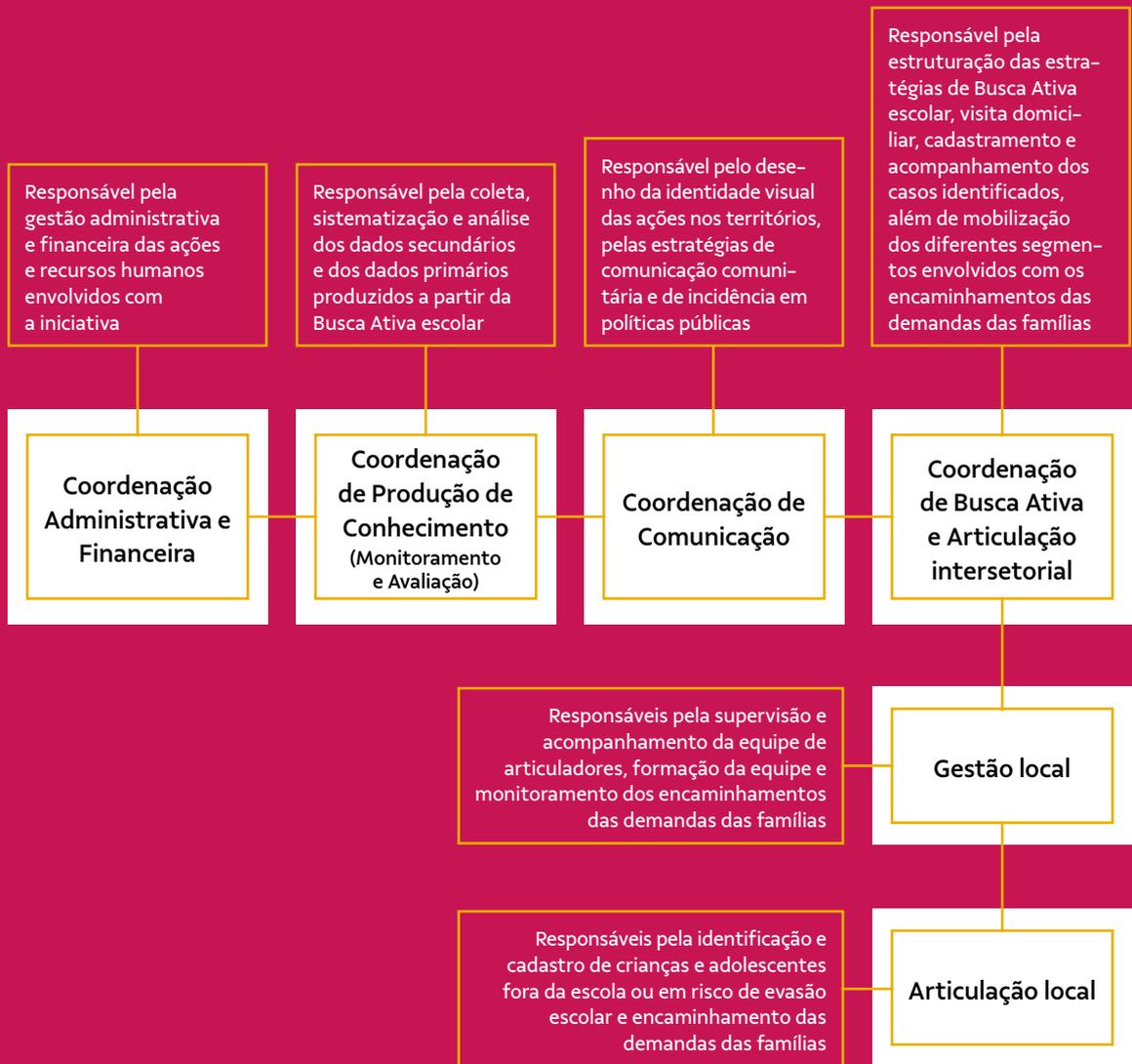
- **Estruturação e formação das equipes** de campo e planejamento;
- **Articulação intersetorial por meio da criação de um Comitê Gestor Intersectorial** com foco na questão da exclusão escolar;

- **Diagnóstico Socioterritorial** para levantamento de dados e de informações sobre o município;
- **Formação em Serviço:** capacitação de agentes públicos e da sociedade civil para a incorporação da metodologia, conferindo sustentabilidade às ações implementadas;
- **Comunicação Comunitária e Mobilização Social:** estratégias de comunicação a fim de sensibilizar e mobilizar o município para a agenda do enfrentamento da exclusão escolar;
- **Busca Ativa escolar e Articulação no território:** trabalho de campo focado na identificação das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar (visitas domiciliares e contato telefônico), bem como a mobilização de agentes, organizações sociais e equipamentos públicos em nível territorial;
- **Avaliação e Monitoramento:** cadastro de casos em sistema próprio, permitindo a construção de banco de dados com informações socioeconômicas de cada criança, adolescente e família atendidos;
- **Sistematização da Metodologia,** discutindo aprendizagens e legado sobre a incidência política do projeto no município.

Uma vez que a iniciativa tinha como foco garantir o acesso e a permanência escolar, mantendo o vínculo dos estudantes e famílias com as escolas e assegurando sua proteção social, articular a rede de proteção social existente no município era condição necessária para o retorno às aulas e prevenção do risco crescente de exclusão escolar.

A equipe para o trabalho de campo foi composta por uma gestora e dois articuladores que, além de residirem no município, detinham conhecimento sobre o território e a oferta de serviços públicos pela rede intersetorial daquela localidade.

Desenho para a implementação*



* Adaptação a partir do desenho de equipe do Territórios em Rede com vistas à sua replicação.

Formação inicial e continuada da equipe

Em meio a um cenário desafiador, o projeto em Bom Jesus do Tocantins não apenas avançou na sua estruturação, como também promoveu um ciclo formativo para a equipe que seria responsável pela implementação da experiência nos territórios, e criou canais de comunicação visando ações integradas entre as Secretarias de Educação, de Saúde e Assistência Social.

O processo formativo abordou princípios do Direito à Educação, formação de redes e ação intersetorial, além de discutir a importância de um olhar complexo e multidimensional sobre o território, sobre a metodologia da Busca Ativa escolar, ações técnicas no uso de aplicativos e a inserção de dados para monitoramento e acompanhamento dos casos identificados.



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

A formação teve como foco o planejamento e a implementação das estratégias voltadas à consolidação da rede de proteção de crianças e adolescentes identificados pelo projeto, seguindo os pressupostos da legislação brasileira pertinente ao tema.

Foco na legislação!

Constituição Federal 1988

Estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à Saúde, à alimentação, à Educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.⁶

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990

Reforça os direitos das crianças e adolescentes, garantindo proteção integral e priorizando o bem-estar deste público. A lei também estabelece diretrizes para a criação de políticas públicas voltadas para este segmento da população.⁷

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 1996

Apresenta as diretrizes e bases da Educação nacional, garantindo o Direito à Educação e estabelecendo normas para sua organização.⁸

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos 2010

Orientam a formulação dos currículos para o Ensino Fundamental, garantindo a inclusão e a qualidade da Educação.⁹

⁶ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília/DF: Presidência da República, [1988/2023]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

⁷ BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília/DF: Senado Federal, 1990. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/598834/Eca_normas_correlatas.pdf.

⁸ BRASIL. *Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Brasília/DF: Diário Oficial da União. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

⁹ BRASIL. *Resolução CNE/CEB 7/2010*. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf.



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

Equipe em campo

A equipe do Territórios em Rede de Bom Jesus do Tocantins entrou em campo no mês de janeiro de 2022. Para melhor identificar os articuladores, um vídeo de apresentação da equipe local foi divulgado para as instituições da rede de proteção local. Com isso, as parcerias foram crescendo, sobretudo, com instituições de ensino.



↳ Apresentação equipe de Bom Jesus do Tocantins (PA) – YouTube



“O trabalho começa a dar frutos e a gente começa a vê-los. Estou muito feliz. O projeto localizou duas crianças que indicamos e identificou outras duas que não estavam sendo nem assistidas, uma delas há cinco anos sem estudar. Quero dizer ‘muito obrigada’. O projeto é incrível e eu amo o trabalho de vocês.”
Maria Celma Otilio Galdino, diretora de ensino da Secretaria Municipal de Bom Jesus do Tocantins



Fonte: banco de imagem do projeto, ano 2023.

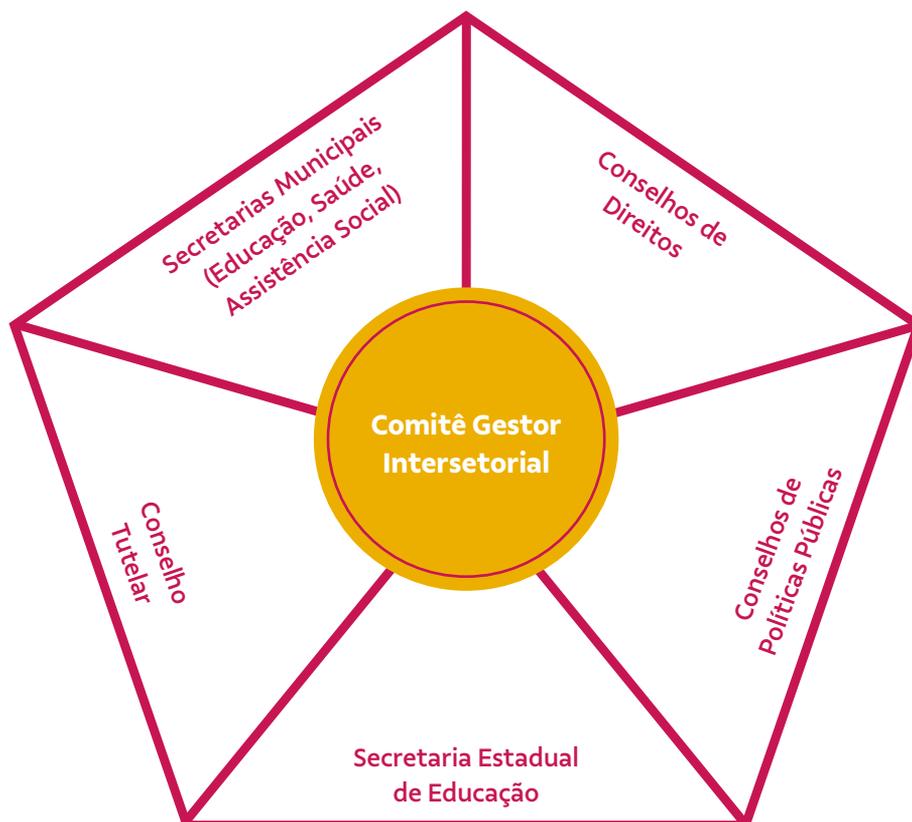
Em Bom Jesus do Tocantins, a equipe do projeto visitou diversas escolas do município para o início das atividades escolares e possíveis demandas para a Busca Ativa escolar. Também intensificou as atividades na zona rural, com entrega de cestas básicas, panfletagem, Busca Ativa e visitas domiciliares de acompanhamento.

Articulação intersetorial e criação do Comitê Gestor Intersectorial

Considerando a complexidade do fenômeno da exclusão escolar, foram estabelecidas em Bom Jesus do Tocantins parcerias com instituições e órgãos necessários para a implementação da proposta. Nesse período, a equipe promoveu visitas a entidades civis e órgãos governamentais do município, visando divulgar o projeto e fortalecer articulações e fluxos para identificar crianças e adolescentes fora da escola ou em situação de infrequência escolar.

A formação do **Comitê Gestor Intersetorial** no município, peça-chave do projeto, tem como finalidade estabelecer-se como um fórum de articulação de políticas e análise de casos de exclusão escolar. Seu principal objetivo é aumentar a integração das ações governamentais em todos os níveis, com a participação de gestores, visando a ativação das redes de proteção social e o acesso aos direitos da cidadania.

De caráter multidisciplinar, o Comitê tornou-se essencial para integrar os serviços de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, nos territórios. Os componentes e as diretrizes eram definidas e apresentadas pelas equipes técnicas das Secretarias, seguidas pela equipe de campo, que trabalhava em diálogo direto com os agentes locais das diferentes pastas para fortalecer a rede de proteção de crianças e adolescentes em risco de evasão escolar.



O trabalho de fomento à intersectorialidade realizado no âmbito do Comitê Gestor Intersectorial (CGI) possui os seguintes objetivos gerais:

Objetivos gerais do CGI:

- Incentivar e fortalecer a cultura de organização intersectorial das políticas públicas;
- Instaurar um fórum de gestão compartilhado de acompanhamento da implementação do projeto com o poder público;
- Contribuir com a promoção de agendas reflexivas e com a proposição de ações práticas, com foco na proteção integral de crianças e adolescentes, por meio da prevenção e do enfrentamento da exclusão escolar;
- Desenvolver um processo de construção de autonomia na gestão intersectorial do comitê para a sustentabilidade de suas ações;
- Apoiar a constituição e a implementação de uma política pública municipal intersectorial de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar nos municípios;
- Promover um percurso formativo em torno da metodologia do projeto Territórios em Rede, com os representantes das políticas públicas.

De modo a fortalecer a comunicação entre os diferentes agentes envolvidos no Comitê, foram realizadas reuniões de trabalho nas quais a equipe local apresentou suas principais ações em Bom Jesus do Tocantins. Nesses encontros, casos críticos de crianças fora da escola ou em risco de evasão foram debatidos e diferentes estratégias desenhadas para responder, de forma efetiva, às questões identificadas.

Desafios encontrados em Bom Jesus do Tocantins

- A partir da leitura dos principais desafios, o Comitê estabeleceu um fluxo de informações e indicadores para monitorar o número de crianças em idade escolar.
- Esses dados, alimentados no sistema georreferenciado do Territórios em Rede, não apenas mapearam a realidade da exclusão escolar em Bom Jesus do Tocantins, como também auxiliaram no acompanhamento e na avaliação das ações implementadas.



Fonte: banco de imagem do projeto, ano 2022.

Reunião do Comitê Gestor Intersectorial em Bom Jesus do Tocantins que contou com a presença de representantes de secretarias municipais de Educação e Assistência Social, da Cidade Escola Aprendiz e da Fundação Vale.

Diagnóstico Socioterritorial

Para garantir o alinhamento da metodologia do projeto Territórios em Rede à realidade local, o projeto buscou informações em bases de dados secundárias que pudessem fornecer subsídios ao Diagnóstico Socioterritorial do município e auxiliar no entendimento do perfil das famílias mais vulneráveis aos processos de exclusão escolar. Esse diagnóstico formou um painel de indicadores de vulnerabilidade social, direcionado à elaboração de um panorama sobre a situação da exclusão escolar no município. Além de oferecer uma base para a compreensão do desenvolvimento humano no território, possibilitou o cruzamento de dados e uma visão integrada dos desafios da Educação no município.

O diagnóstico ofereceu subsídios para as políticas sociais de Bom Jesus do Tocantins, tanto em sua elaboração inicial quanto ao longo do processo. Esse estudo se tornou uma importante ferramenta de análise das demandas sociais pelo Direito à Educação ao transformar os cadastros individuais e as listas de nomes em informações concretas e vivas, mostrando a conexão de crianças e adolescentes com seus territórios, grupos populacionais e com marcadores de classe, raça e gênero.

De acordo com dados do Censo do IBGE, a população de Bom Jesus do Tocantins aumentou 17,7% entre 2010 e 2022, provavelmente, por efeito de um fluxo migratório de entrada relevante. No entanto, a população de 4 a 17 anos retraiu 16,4% no mesmo período. Por um lado, a redução da taxa de fecundidade, que ainda se mostra em curso no município, associada ao envelhecimento da população podem responder, em parte, por essa evolução demográfica, por outro lado, cabe considerar que a migração de entrada pode estar trazendo para o município um contingente adulto expressivo com vistas a compor a força de trabalho.

População de 4 a 17 anos por faixa etária escolar em 2010 e 2022 – Bom Jesus do Tocantins

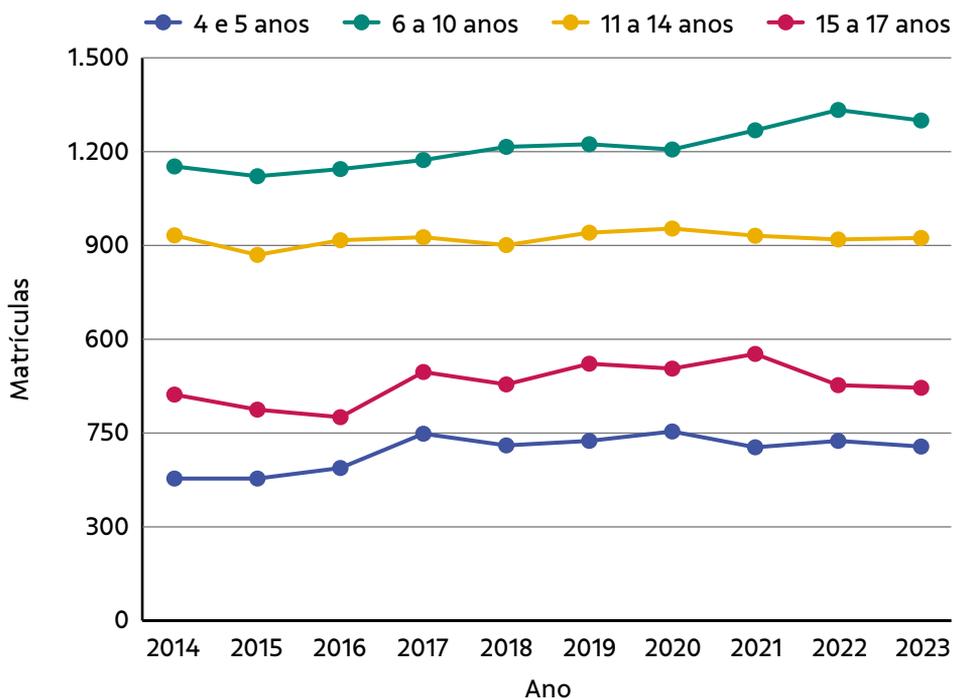
Idade	Ano	
	2010	2022
4 e 5 anos	605	517
6 a 10 anos	1.573	1.385
11 a 14 anos	1.393	1.043
15 a 17 anos	956	838
Total	4.527	3.783

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 e 2022.

O número de matrículas de estudantes com idade entre 4 e 17 anos recuou 2,5% entre 2010 e 2022, o que é, relativamente, bem menos do que a retração da população infantojuvenil. Este é um indicativo de que a cobertura do atendimento escolar pode ter avançado no período. Na data de referência do Censo Escolar de 2023 (31 de maio), havia 4.114 matrículas na Educação Básica, sendo 3.416 de crianças e adolescentes com idade entre 4 e 17 anos.

O gráfico abaixo mostra o número de matrículas segundo a faixa etária do estudante, a despeito da etapa que frequentava, entre os anos de 2014 e 2023.

Número de matrículas, por faixa etária, de 2014 a 2023 – Bom Jesus do Tocantins



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
4 e 5 anos	375	375	403	494	463	475	500	458	475	460
6 a 10 anos	1.204	1.178	1.197	1.221	1.256	1.263	1.249	1.300	1.354	1.326
11 a 14 anos	1.021	969	1.008	1.016	995	1.028	1.039	1.020	1.010	1.014
15 a 17 anos	598	558	538	658	625	680	667	706	623	616

Fonte: Inep, Censo Escolar da Educação Básica, 2014 a 2023.



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2023, a rede municipal de Bom Jesus do Tocantins era responsável por 71,5% das matrículas na Educação Básica e a rede estadual por 26%. As unidades de ensino privadas somavam 2,5% das matrículas. Na Educação Infantil, a rede municipal era responsável por 100% das matrículas na creche e por 94,6% na pré-escola, sendo o restante das matrículas oferecido pela rede privada. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a rede municipal era responsável por 79,5% das matrículas, a rede estadual por 15,3% e a rede privada por 5,2%. Nos anos finais do Ensino Fundamental, a rede municipal contemplava 84,4% das matrículas e a rede estadual, 15,6%. No Ensino Médio, a rede estadual reuniu 100% das matrículas.

A distribuição das matrículas na Educação Básica por gênero no município reflete um quadro comum no Brasil: os meninos predominam numericamente, correspondendo a 51,2% dos estudantes. Entretanto, no Brasil, em geral, a evasão escolar durante a Educação Básica impacta mais os meninos, fazendo com que as meninas sejam maioria no Ensino Médio, o que se reproduz em Bom Jesus do Tocantins, onde elas são 55,2% nessa etapa escolar. Vale destacar, porém, que na pré-escola do município, as meninas também estão em maior número (54%), o que não é uma realidade típica no Brasil.

A declaração por cor ou raça dos estudantes de Bom Jesus do Tocantins no Censo Escolar de 2023 alcançou somente 24,8% das matrículas. Nesse contingente, de 1.021 matrículas, os estudantes declarados pardos eram 47,3% e os indígenas, 43,5%. Além desses, 7,1% foram declarados brancos, 2,1%, pretos e 0,1%, amarelos.

Matrículas na Educação Básica com declaração de Cor ou Raça em 2023 – Bom Jesus do Tocantins

Cor ou Raça	Matrículas	%
Parda	483	47,3%
Indígena	444	43,5%
Branca	72	7,1%
Preta	21	2,1%
Amarela	1	0,1%

Nota: Foram consideradas somente as matrículas com a informação de cor ou raça, referente a 24,8% do total (3.093 matrículas não tiveram a informação).

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

Ainda segundo dados do Censo Escolar (2023), todas as matrículas da creche são atendidas em tempo parcial (menos de 7 horas por dia). Já na pré-escola, o horário integral (mínimo de 7 horas por dia) é oferecido, mas alcança apenas 1,5% das matrículas. Nos anos iniciais e finais do Fundamental também é predominante o horário parcial, com 80,7% e 81,1% das matrículas, respectivamente. No Ensino Médio, 99,2% das matrículas são oferecidas em horário parcial.

Percentual de Matrículas na Educação Básica com jornada em Tempo Integral em 2023 – Bom Jesus do Tocantins

Etapa	%
Creche	0%
Pré-escola	1,5%
Anos Iniciais	19,3%
Anos Finais	18,9%
Ensino Médio	0,7%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.



A Taxa de Distorção Idade-série (TDI) é o indicador que expressa o percentual de estudantes com idade que estão dois ou mais anos acima da recomendada para a série escolar em que estejam matriculados.

Em Bom Jesus do Tocantins, no ano de 2023, a TDI dos anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 15,3% e a dos anos finais, de 38,7%, que são percentuais elevados para essas etapas escolares. A taxa do Ensino Médio também se encontra em um patamar alto, haja vista que 43,2% dos estudantes estão com idade acima da esperada para o ano escolar que frequentam.

No entanto, apesar de ainda elevada, a distorção idade-série vem diminuindo paulatinamente no município de Bom Jesus do Tocantins e os percentuais alcançados em 2022, nas três etapas mencionadas, são os menores já registrados no município.

Taxa de Distorção Idade-Série em 2023 – Bom Jesus do Tocantins

Etapa	TDI
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,1%
Anos finais do Ensino Fundamental	9,9%
Ensino Médio	15,7%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

A taxa de aprovação do Ensino Fundamental em 2022 foi de 88,4% nos anos iniciais e de 71,9% nos anos finais do Ensino Fundamental. A taxa dos anos finais é a terceira maior registrada no município, atrás apenas dos anos de 2020 e 2021, afetados pela suspensão das aulas presenciais em decorrência da pandemia de covid-19. Já nos anos finais do Ensino Fundamental, a situação é oposta, pois a

taxa de aprovação em 2022 é a menor registrada desde 2008 e com uma queda brusca em relação a 2019, ano anterior à pandemia, quando o percentual de estudantes aprovados foi de 81,4%.

No Ensino Médio, a taxa de aprovação foi de 77% em 2022, superando o percentual de 2021 e retornando ao patamar de 2019, ano anterior à pandemia. No entanto, cabe assinalar que, com exceção do primeiro ano da pandemia, quando a taxa de aprovação foi de quase 100%, o município de Bom Jesus do Tocantins tem uma taxa de aprovação no Ensino Médio bem oscilante, variando entre 61,8%, em 2015, e 83,3%, em 2011.

A taxa de abandono escolar expressa, dentre os estudantes que estavam matriculados no final do mês de maio, aqueles que não terminaram o ano letivo vinculados a uma escola.

No município de Bom Jesus do Tocantins, as etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio apresentaram percentuais de taxa de abandono menores em 2022, mas as constantes oscilações ainda não permitem dizer que são trajetórias regressivas.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a taxa de abandono em 2022 foi de 1,3%, um pouco maior que a de 2019, ano anterior à pandemia, quando 1,1% dos estudantes abandonaram a escola ao longo do ano letivo. Nos anos finais, a taxa de abandono de 7,4% registrada em 2022 é a terceira menor já registrada, mas foi maior que a de 2019. No Ensino Médio, a taxa de abandono de 8,5% é a menor observada no município, mas sucede a elevada taxa de 20,9% em 2021, que foi bem acima do que ocorria antes da pandemia, haja vista que, entre 2017 e 2019, os percentuais oscilaram entre 14,6% e 18,4%.

• **Ponto de atenção!**

- Para o sistema educacional,
- há uma diferença entre as
- definições de **abandono** e
- **evasão escolar**. Abandono
- é o ato de parar de frequen-
- tar a escola antes de termi-
- nar o ano letivo. Já a evasão
- refere-se ao estudante que
- abandonou a escola, ou até
- mesmo chegou ao final do
- ano letivo, mas não retor-
- nou no ano seguinte para o
- sistema escolar.

Taxa de Aprovação em 2022 – Bom Jesus do Tocantins

Etapa	Taxa de aprovação
Anos iniciais do Ensino Fundamental	88,4%
Anos finais do Ensino Fundamental	71,9%
Ensino Médio	77,0%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2022.

Taxa de Abandono em 2022 – Bom Jesus do Tocantins

Etapa	Taxa de abandono
Anos iniciais do Ensino Fundamental	1,3%
Anos finais do Ensino Fundamental	7,4%
Ensino Médio	8,5%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2022.

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas de Bom Jesus do Tocantins no ano de 2021 foi 5,0. Esse índice está um pouco acima do IDEB paraense para a etapa e não houve variação em relação à medição de 2019.

Em 2021, não foram divulgados resultados para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Isso porque a coleta de informações e as provas foram feitas durante o período de emergência sanitária, entre novembro e dezembro de 2021, quando muitas escolas públicas do país ainda não estavam realizando atividades 100% presenciais ou tinham acabado de

Dados da rede pública de ensino em Bom Jesus do Tocantins

IDEB da rede pública em 2021

Anos iniciais do Ensino Fundamental	Anos finais do Ensino Fundamental
5,0	não foi divulgado

Matrículas em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
2.501 matrículas	565 matrículas

Docentes em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
195 docentes	77 docentes

Número de estabelecimentos de ensino em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
21 escolas	12 escolas

promover este retorno. Segundo o Inep, as provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) foram aplicadas em 71,3% dos alunos previstos, um número que deve variar consideravelmente conforme a etapa e a rede de ensino.

No Saeb de 2021, as escolas públicas bonjesuenses não superaram as notas alcançadas em 2019 nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. Não foram divulgados resultados para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. No estado do Pará, houve recuo nos anos iniciais do Fundamental e aumento nos anos finais e no Ensino Médio. Na média nacional, houve recuo nas três etapas.



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

A equipe de Bom Jesus do Tocantins articulou com diversas escolas do município para reunir informações sobre a região que possam beneficiar as ações de Busca Ativa escolar.

Busca Ativa

O trabalho de Busca Ativa escolar proposto pelo projeto Territórios em Rede se organiza também no “bater de porta em porta”, caminhando pelas ruas e, como o próprio nome indica, buscando, investigando o território, falando com moradores e trabalhadores e acionando as instituições por caminhos complementares. A Busca Ativa escolar implica, em alguma medida, um conjunto de estratégias e ações de comunicação e articulação comunitária.



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

Para além do trabalho inicial com as listagens oficiais da Secretaria de Educação, a Busca Ativa teve início a partir da articulação de diferentes fontes de informação que pudessem identificar possíveis casos de desvinculação escolar e que pudessem se tornar casos de infrequência ou evasão. Para tanto, foi produzido um mapeamento de instituições do território que seriam mobilizadas e ações de comunicação se espalharam pelos bairros do município.

Mapeamento de instituições e demandas

- Mapeamento de instituições e serviços disponíveis por parte dos articuladores;
- Apresentação dos objetivos, metas e estrutura do projeto Territórios em Rede a cada instituição visitada;
- Contato com as escolas do território para identificar crianças e adolescentes em situação de infrequência e/ou exclusão escolar.

Com o aval das lideranças das pastas da Educação, Saúde e Assistência Social do município, a equipe de campo iniciou diálogo e acompanhamento com as equipes que realizam o trabalho na ponta, cotidianamente. Na Educação, por exemplo, a fim de estreitar a relação e colaboração entre os agentes, os articuladores visitaram as escolas, apresentando o projeto para as equipes de gestão e pedagógicas, levantando as demandas específicas em cada instituição.

Busca Ativa nas ruas

- Busca por crianças e adolescentes fora da escola de porta em porta a partir da demanda espontânea. Muitas vezes, é um vizinho ou alguém que sabe onde há crianças ou adolescentes que não estão indo para escola;
- Visitas aos CRAS, Unidades de Saúde, igrejas, associações e comércios;
- Conversas com agentes locais sobre crianças e famílias não localizadas no território.
- Disponibilização de cartazes com informativos e imagens sobre o projeto. A identificação visual do uniforme, utilizado pelos articuladores, fez muita diferença na recepção e no acionamento deles nos territórios.



Busca Ativa escolar de porta em porta

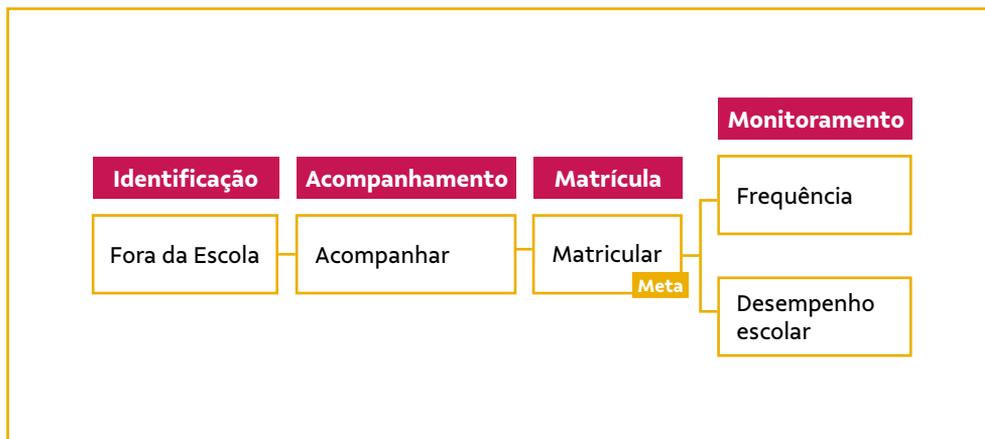
Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

Procedimento ao encontrar uma criança ou um adolescente fora da escola ou em risco de evasão escolar

- 1.** Articulador se aproxima da família para entender a situação por meio de uma visita domiciliar;
- 2.** Articulador realiza uma entrevista para coleta de informações de cadastro e para o entendimento sobre o caso;
- 3.** É realizado o cadastramento da família no sistema de monitoramento do projeto; os dados são registrados em aplicativo específico e alimentam o banco de dados do projeto;
- 4.** Se a criança ou o adolescente está fora da escola, orienta-se imediatamente a família sobre os procedimentos de matrícula, em qualquer período do ano;
- 5.** Se a criança ou o adolescente está matriculado, mas infrequente, faz-se o cadastro para acompanhamento familiar, tendo em vista prevenir o abandono.

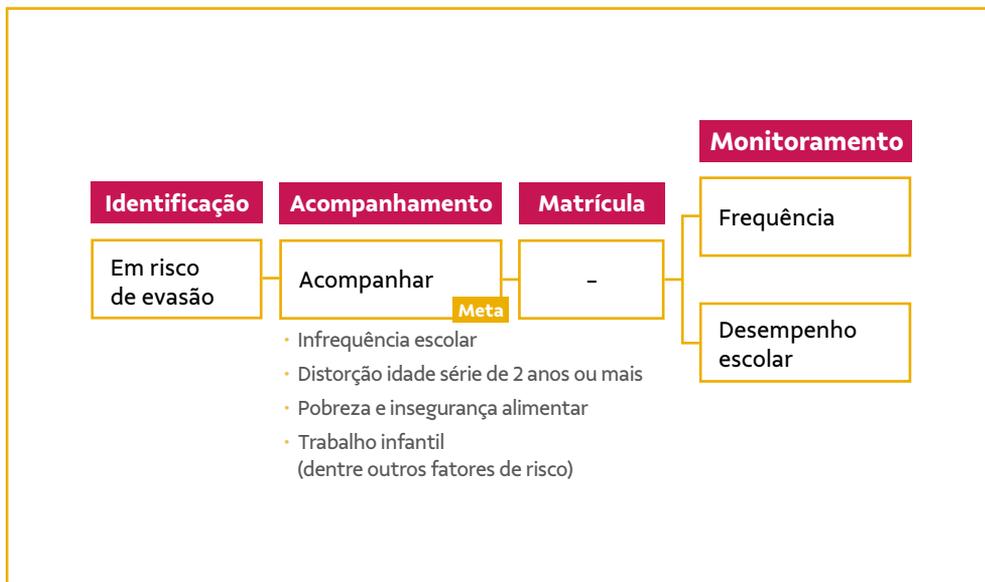
Fluxo de ações

Fora da Escola (sem matrícula)	Risco de Evasão (infrequente)
<ul style="list-style-type: none"> identificar motivo pelo qual a criança ou o adolescente está fora da escola; assegurar a matrícula escolar em qualquer tempo; uma vez matriculado, monitorar a frequência e o desempenho escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> identificar motivo da infrequência (falecimento, mudança de cidade, mudança para outra rede de ensino); monitorar a frequência escolar e o desempenho regularmente; avaliar outras variáveis de risco: distorção idade-série maior que 2 anos, situações de violências, etc.
<ul style="list-style-type: none"> verificar outras demandas sociais da criança / adolescente ou no núcleo familiar (ex: insegurança alimentar, atendimento de Saúde, acompanhamento socioassistencial, geração de renda, entre outras); 	
<ul style="list-style-type: none"> realizar acompanhamentos periódicos (contatos remotos e visitas domiciliares). 	



OBS: O acompanhamento é encerrado apenas nos casos de falecimento, mudança de cidade e contato perdido.

Fluxo de ações



OBS: O acompanhamento é encerrado apenas nos casos de falecimento, mudança de cidade e contato perdido.

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Uma vez que o articulador localizava uma criança ou um adolescente fora da escola, era realizada uma visita domiciliar para entender, com os responsáveis, os motivos da infrequência, do abandono, da evasão, ou mesmo se nunca havia estado na escola.

O trabalho de (re)inserção da criança ou adolescente na escola envolvia:

1. a articulação com as escolas, responsáveis por disponibilizar a vaga e efetivar a matrícula; a articulação com órgãos da Saúde, Assistência Social, Sistema de Garantia de Direitos, Direitos Humanos, entre outros, a depender do motivo que mantinha a criança afastada;
2. a articulação com parceiros para resolver documentação pendente, sanar problemas de vulnerabilidade social (saúde, moradia ou ausência de responsável), transferência por motivos de conflitos no território que afetam o deslocamento do estudante até a escola, entre outros.

Após efetivada a matrícula, mantinha-se, quando necessário, um acompanhamento das crianças/famílias, em diálogo direto com gestores das unidades escolares, buscando sua permanência na escola por meio do constante monitoramento das listas fornecidas periodicamente pela rede de ensino. Caso houvesse sinais de nova evasão, o projeto retomava as etapas anteriores necessárias para evitar ou reconduzir a criança para a rede escolar.



Fonte: banco de imagem do projeto, ano 2023.

Cinco irmãos foram cadastrados pela equipe de Bom Jesus do Tocantins após serem encaminhados pela Unidade de Saúde local. Durante o processo, contaram com o apoio e acompanhamento da agente comunitária de Saúde e da articuladora do projeto. Essa abordagem colaborativa proporcionou à família o suporte necessário e, assim, buscaram juntos uma melhoria na qualidade de vida e oportunidades educacionais para os irmãos.

Desafios encontrados para a realização da Busca Ativa escolar

O projeto Territórios em Rede encontrou diversos desafios para a implementação dos seus objetivos, dentre os quais, destacam-se:

Intersetorialidade e implementação de políticas públicas

Verificou-se a ausência de uma cultura de trabalho intersetorial, além do desconhecimento dos gestores públicos sobre as ações em curso nos diferentes setores da gestão municipal e, ainda, a falta de dados gerais sobre a cidade, que dificultava a implementação de ações promotoras do Direito à Educação Básica de qualidade para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Alto nível de vulnerabilidade social das famílias identificadas

Essa condição exigia que as equipes de campo atendessem a várias demandas além do acesso à escola, como proporcionar meios para seu acesso à alimentação, serviços de Assistência Social e Saúde, exigindo das equipes habilidades específicas para articulação, acolhimento e identificação dos principais fatores que interferem no acesso e permanência na escola.

Dificuldade de locomoção entre os distritos do interior e as escolas

Uma grande dificuldade identificada foi o acesso à escola para crianças e adolescentes residentes nos distritos mais afastados, devido à distância, má qualidade das estradas e condições climáticas desfavoráveis.

Trabalho infantil

Nos distritos do interior, muitas crianças e adolescentes eram infrequentes ou evadidos do sistema educacional devido à necessidade de trabalhar para sustentar a família.

Pandemia e impactos no processo de escolarização

Os impactos da pandemia na Educação de crianças e adolescentes em situações de extrema pobreza são complexos e profundos. Sua total extensão ainda requer avaliação detalhada. Durante o período de transição para o retorno às aulas presenciais, várias questões surgiram, particularmente entre famílias vulneráveis. Por exemplo, na região do Pará, onde o projeto Territórios em Rede atuou, essas problemáticas se intensificaram.

Primeiramente, a pandemia acentuou as desigualdades sociais existentes, especialmente no aspecto econômico. Famílias com vários filhos em diferentes séries escolares enfrentaram enormes desafios no ensino remoto, muitas vezes, contando apenas com um celular para todos e com acesso limitado ou inexistente à internet. Essa situação limitou drasticamente as condições mínimas necessárias para uma Educação adequada, resultando em uma interrupção significativa na rotina educacional, mesmo com a distribuição de kits educacionais.

Como consequência direta, no período pós-pandemia, muitas crianças encontraram extremas dificuldades na alfabetização. Aquelas que já enfrentavam desafios educacionais viram essas dificuldades se intensificarem, resultando em uma defasagem ainda maior entre idade e série escolar. Observam-se muitos casos de pré-adolescentes de 10 e 11 anos enfrentando barreiras adicionais na alfabetização, pois estão em classes com crianças mais novas.

A interrupção da escolaridade durante o ensino remoto, agravada pela falta de infraestrutura adequada para estudo em casa, levou muitos adolescentes, durante a pandemia, a buscar trabalho nas ruas para ajudar no sustento da família. Nesse contexto, alguns adolescentes foram forçados a entrar no mercado de trabalho, muitas vezes, em condições de exploração ou em empregos informais para contribuir com a renda familiar. Isso não apenas exacerbou a distorção idade-série, mas também criou uma resistência ao retorno à escola dada a necessidade de continuar contribuindo significativamente com a renda familiar. Há relatos de casos de adolescentes, inseridos no mercado de trabalho informal, como na extração do cacau, que não se sentem estimulados a retornar à escola, dada a disparidade entre sua idade e a série em que se encontram.

Esse envolvimento precoce no mercado de trabalho vem resultando em um afastamento dos processos educacionais, agravando os desafios existentes e criando novas barreiras para a continuidade da Educação formal.

Mobilização Social e Comunicação Comunitária

Durante a implementação do projeto, intensificou-se a Busca Ativa escolar por crianças e adolescentes que se enquadravam no perfil determinado. O objetivo, entretanto, não era apenas encontrar esse público específico, mas sensibilizar as comunidades e as diversas regiões de Bom Jesus do Tocantins sobre a essencialidade do Direito à Educação. Para alcançar isso, diversas estratégias de comunicação e mobilização social foram empregadas.



A comunicação focou em sensibilizar a sociedade sobre os compromissos e objetivos do projeto Territórios em Rede, além de promover uma ampla divulgação para incentivar a procura espontânea pelo projeto.

As estratégias adotadas foram variadas, incluindo ações de mobilização comunitária, como o uso de carros de som que emitiam mensagens-chave, atingindo até mesmo a população analfabeta. Paralelamente, cartazes, faixas e panfletos foram estrategicamente distribuídos em locais de grande movimento, como: escolas, associações de moradores, postos de Saúde e praças.

No meio digital, conteúdos específicos foram produzidos para as mídias e redes sociais, incluindo o *site* institucional. Materiais de divulgação como áudios, *gifs* e *flyers* circularam pelo *WhatsApp*. Na fase de consolidação das ações do Territórios em Rede em Bom Jesus do Tocantins, as ações de comunicação se concentraram na ampliação de sua visibilidade pelos meios de comunicação comunitários e na mídia local, produzindo minidocumentários para fortalecer esta agenda em âmbito local e municipal.

Equipe de campo em mutirão de comunicação



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

Ações de Comunicação e Mobilização Comunitária

- Articuladores divididos em diferentes áreas do município de Bom Jesus do Tocantins para promover o projeto;
- Distribuição de folhetos e fixação de faixas, banners e cartazes com informações de contato em locais estratégicos: escolas, pontos de ônibus, postos de Saúde, associações de moradores, igrejas e estabelecimentos comunitários;
- Utilização de carros de som para difundir mensagens sobre o projeto nas ruas, centros de atendimento, postos de Saúde e comércios;
- Divulgação do projeto por meio de listas de transmissão no WhatsApp, redes sociais, parcerias com instituições locais, jornais e rádios comunitárias;
- Veiculação de notícias sobre o projeto na imprensa municipal.

A impressão dos materiais de divulgação do projeto contabilizou 17.870 peças, entre *flyers*, *folders*, cartazes e faixas de rua que foram distribuídos nos comércios, nas unidades de Saúde, CRAS e CREAs, Conselhos Tutelares, escolas e demais organizações da rede de proteção integral à criança e ao adolescente.

Estima-se que o número de peças de comunicação alcançaram 3.589.600 visualizações em todo o período de trabalho em campo.

A comunicação em números



850
cartazes e banners



17.000
flyers e *folders*



20
faixas de rua



101 horas
de carro de som



A divulgação pelos carros de som totalizou 101 horas, com cerca de 2.525 km percorridos.

O projeto teve uma expressiva divulgação, com o objetivo de alcançar as famílias e proporcionar seu atendimento, além de avisos importantes relacionados aos serviços públicos locais, disponíveis para a população.



Boletins

- Foram produzidos **36 boletins institucionais**



Google Trends

- 813 pesquisas** do termo Territórios em Rede



Whatsapp

- Foram enviadas **44 mensagens** para as famílias cadastradas
- 1.430 contatos ativos** nas listas de transmissão



Youtube

O canal do Youtube teve:

- 8.772** visualizações
- 93.714** impressões



Facebook

- 75** publicações
- 244** stories
- 27.313** pessoas alcançadas



Site

Dados do Google Analytics:

- 1,7 mil** usuários
- 1,6 mil** novos usuários



Instagram

- 78** publicações
- +500** stories
- 5.674** pessoas alcançadas



Panfletagem nas ruas de Bom Jesus do Tocantins

Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

A divulgação do projeto aumentou sua visibilidade e estimulou a participação comunitária, com moradores indicando novas famílias. Essa estratégia confirmou a importância dos folhetos com números de telefone, que se mostraram ferramentas indispensáveis para conectar as famílias com a equipe do projeto, principalmente, em casos de crianças fora da escola.

Estabelecimento de parcerias e participação em Grupos de Trabalho

Ao entrar no território, o articulador era orientado a se apresentar e conhecer os agentes locais, criando laços entre o projeto e a rede mapeada. Foi por meio dessa articulação que o projeto Territórios em Rede conseguiu reforçar e combater o fenômeno da exclusão escolar e estruturar uma dinâmica de trabalho que envolvesse a sociedade e o poder público.

Por sua vez, a equipe local buscava articular instituições parceiras, entre associações de moradores, entidades privadas, instituições religiosas, lideranças comunitárias, organizações não governamentais, órgãos públicos, sociedade civil, entre outros, compreendendo a colaboração como estruturante para garantir a Educação como um direito básico.

Com base nessa estratégia, importantes avanços foram obtidos:

- Reconhecimento dos agentes locais pelos articuladores;
- Criação de laços com a rede e estruturação de uma dinâmica de trabalho conjunto;
- Articulação com diversas instituições e lideranças locais para identificar casos e acionar serviços;
- Participação em diferentes reuniões nas redes de serviços e eventos locais.

Exemplos de parcerias estabelecidas

A equipe de Bom Jesus do Tocantins em visita ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), parceiro do projeto na realização de encaminhamentos de famílias atendidas.



Fonte: banco de imagem do projeto, 2022.



Fonte: banco de imagem do projeto, 2022.

Em parceria com o Conselho Tutelar, a equipe auxiliou a emissão de documentos de uma menina de 11 anos que não possuía RG e CPF. Com os documentos, ela passou a ter acesso a uma série de direitos e serviços essenciais para o seu desenvolvimento e proteção.



Fonte: banco de imagem do projeto, 2022.

Equipe de Bom Jesus de Tocantins em reunião de acompanhamento com a Secretaria Municipal de Educação do município.



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

Como estratégia de mobilização comunitária, foram realizadas reuniões com algumas das secretarias municipais de Bom Jesus do Tocantins para formalização dos convites para o Comitê Gestor Intersectorial e argumentação sobre a importância da articulação entre os diversos equipamentos públicos, instituições da sociedade civil e comunidade para a garantia efetiva do Direito à Educação de crianças e adolescentes.



Equipe de Bom Jesus em visitas às instituições parceiras

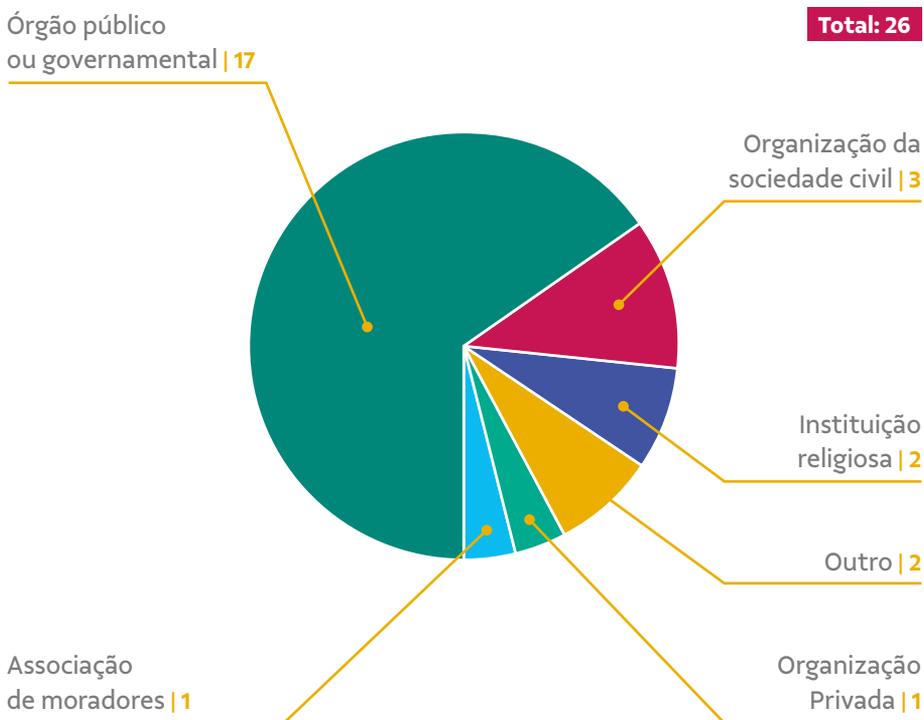
Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

A convite da coordenação do CadÚnico de Bom Jesus do Tocantins, a equipe participou de um encontro com os responsáveis que estão em descumprimento das condicionalidades de Educação do Bolsa Família. Foi uma oportunidade para a equipe apresentar o projeto, reforçando a importância da permanência de crianças e adolescentes na escola e da participação dos responsáveis na vida escolar dos estudantes.



Fonte: banco de imagem do projeto, 2023.

Instituições locais mapeadas para a colaboração com o projeto por meio de indicação e/ou acolhimento de casos – Bom Jesus do Tocantins



Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Ao todo, 26 instituições foram mapeadas para colaborar com o projeto por meio de indicação e/ou acolhimento de casos.

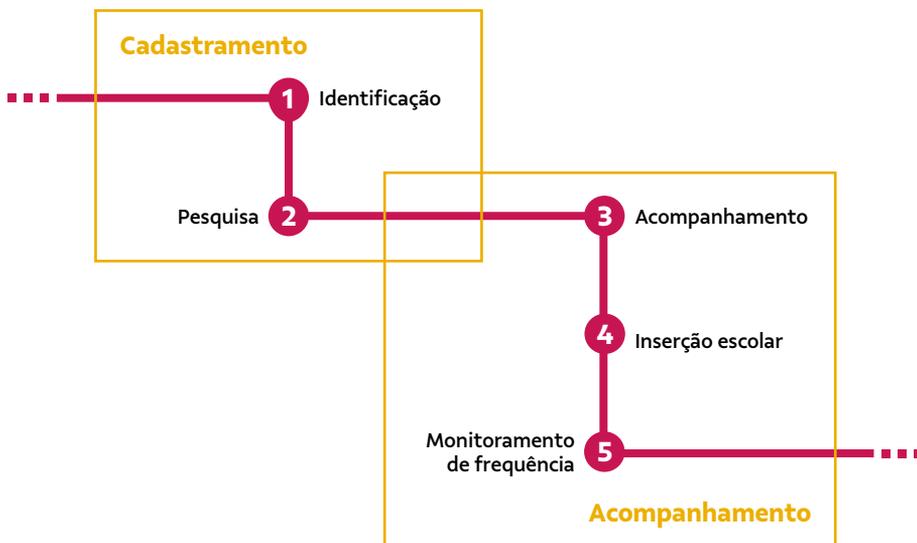
Entre as 24 escolas públicas de Educação Básica existentes em Bom Jesus do Tocantins, 13 foram apoiadas pelo Territórios em Rede, ou seja, 54% do total.

Monitoramento e Avaliação

A equipe responsável pelo Monitoramento e Avaliação tinha a tarefa contínua de organizar, consolidar e produzir informações que servissem ao acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações do Territórios em Rede e da inserção e permanência de crianças e adolescentes na escola.

A figura a seguir ilustra esse fluxo de informações sobre os atendimentos realizados.

Instrumentos para registro dos atendimentos



Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

As informações eram originadas a partir de três bases de dados criadas pelo sistema do Territórios em Rede:

1. Perfil e demandas das crianças e dos adolescentes assistidos pelo projeto;
2. Instituições e parceiros identificados;
3. Ações realizadas para assegurar o acesso e permanência das crianças e adolescentes nas escolas.

A plataforma digital do projeto, acessível tanto pelos articuladores quanto pelos gestores de campo, oferecia diversas funcionalidades, como:

- Análise e correção de informações obtidas em campo, incluindo a identificação de registros duplicados;
- Acompanhamento das metas individuais e coletivas da equipe;



Equipe em acompanhamento familiar

Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

- Extração de dados gerais, resultados por área e relatórios detalhados sobre o público assistido;
- Registro de iniciativas adicionais que vão além da matrícula de crianças e adolescentes nas escolas;
- Mapeamento geográfico das residências das crianças, adolescentes e das instituições parceiras;
- Elaboração de um perfil detalhado das crianças e adolescentes, contendo informações socioeconômicas, educacionais, de saúde e sobre a estrutura familiar.

Monitoramento da Frequência Escolar

Outro trabalho importante realizado pelo projeto foi a pactuação de um fluxo de monitoramento da frequência escolar por meio de informações obtidas diretamente com as escolas e de forma sistemática, para todos os casos acompanhados pela equipe.

O fluxo definido em Bom Jesus do Tocantins foi que, bimestralmente, a equipe enviaria uma planilha para cada escola, que indicaria a situação da frequência do estudante. Os prazos alinhados no fechamento dos conselhos de classe foram pactuados com a Secretaria Municipal de Educação e com um conjunto de unidades escolares estaduais. Uma vez que a planilha fosse enviada, as escolas teriam até duas semanas para seu preenchimento.

A seguir, apresentamos o *status* da pactuação do fluxo com cada rede escolar de Bom Jesus do Tocantins:

Município	Rede	Status da pactuação do fluxo	Periodicidade	Responsável pelo preenchimento
Bom Jesus do Tocantins	Municipal	Estabelecido	Bimestral	Escolas
Bom Jesus do Tocantins	Estadual	Estabelecido	Bimestral	Escolas

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Acompanhamentos dos casos

Semanalmente, a gestora local e os articuladores se reuniam para discutir impressões, casos e desafios, com o objetivo de viabilizar o ingresso na escola de crianças e adolescentes identificados, compartilhando estratégias possíveis para responder aos desafios encontrados.

A equipe monitorava as informações no banco de dados e as atualizações dos cadastros das famílias visitadas, e mantinham uma agenda frequente de reuniões com instituições parceiras para fortalecer a rede de apoio à permanência dos estudantes em sala de aula.

Outro ponto crucial do monitoramento era a devolutiva que a equipe oferecia às escolas e à rede de proteção social, apoiando a compreensão sobre os motivos da infrequência, da evasão ou do não acesso de cada estudante. Essas devolutivas, muitas vezes, mudavam a leitura dos educadores sobre os casos de exclusão escolar, apoiando-os a melhor avaliar a realidade das famílias. O que antes figurava como suposta negligência, passou a ser compreendido como um conjunto de situações muito desafiadoras vividas pelas famílias.

Ações complementares

Durante a execução do trabalho de campo, constatou-se a existência de muitas famílias em situação de alta vulnerabilidade socioeconômica. Seja pelo agravamento da pobreza no período pandêmico ou pela fragilidade de algumas políticas públicas, notou-se que a insegurança alimentar, a falta de roupas, calçados e *kits* escolares eram condições presentes em grande parte das famílias atendidas pelo projeto e que esse cenário de privação contribuiu, sensivelmente, para o agravamento das condições de acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola.

Além das demandas materiais apresentadas, a equipe de campo verificou ausência ou baixa resposta de políticas públicas com capacidade para suprir os desafios apresentados de maneira adequada.

Diante desse cenário, o projeto Territórios em Rede começou a operar, em julho de 2022, o **Apoio Eventual Emergencial**, uma estratégia complementar que tinha como objetivo viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência das famílias. Tais necessidades, quando identificadas pela equipe durante uma visita domiciliar, não encontravam resposta, em curto prazo, no município por meio das políticas, equipamentos ou serviços da Assistência Social, Saúde, Educação ou, ainda, em organizações locais da sociedade civil.

No total, 132 crianças foram contempladas pelo Apoio Eventual Emergencial viabilizado pelo Territórios em Rede em Bom Jesus do Tocantins.

Apoio Eventual Emergencial

Desenvolvido inicialmente nos municípios de Marabá (PA) e da Serra (ES), onde as equipes do Territórios em Rede começaram a identificar famílias em situação de pobreza extrema para a inserção escolar de crianças e adolescentes, o Apoio Eventual Emergencial surge para viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência, considerando-se necessidades básicas como alimentação, higiene, vestuário, documentação e materiais escolares.

Tipos de itens oferecidos em caráter emergencial:

Itens avulsos:

- Compra de medicamentos que não sejam de uso contínuo;
- Compra de itens de higiene;
- Material básico escolar que não seja fornecido pelo município, por exemplo, mochila;
- Pagamento de refeições;
- Transporte para acesso a serviços essenciais pontuais.
- Roupas e calçados.
- Recurso para pagamento de taxas para emissão de documentos.

Itens temporários:

- Cestas básicas;
- Botijão de gás;
- Compra de medicamentos de uso contínuo;
- Transporte para acesso a serviços regulares (fisioterapia, fonoaudiologia, reforço escolar, entre outros);
- Contas de consumo, como água, luz e aluguel.



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

Com vistas à elaboração de um plano de transição para essas famílias, os casos identificados foram direcionados aos serviços públicos. Isso era feito para atender as demandas sociais específicas de cada família, encaminhando-as às áreas apropriadas dentro do Comitê Gestor Intersectorial. As estratégias incluíam:

- Priorizar a reinserção de crianças e adolescentes na escola, um local de desenvolvimento integral e proteção social, como ação principal para reduzir a insegurança alimentar entre o público em idade escolar.
- Realizar encaminhamentos para a Assistência Social para participação em programas relevantes e para a criação ou atualização do Cadastro Único. Isso inclui programas como o PAA, Bolsa Família, PAIF, PAEFI, PETI, BPC, Criança Feliz,¹⁰ entre outros. Tais encaminhamentos serão documentados nos relatórios.

10 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos; Bolsa Família – Programa Bolsa Família; PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família; PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Integral Especializado à Família e Indivíduos; PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; BPC – Benefício de Prestação Continuada; Criança Feliz – Programa Criança Feliz.

- Promover a articulação com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o PPA, que envolve a compra de alimentos da agricultura familiar e a doação para famílias de baixa renda.
- Estabelecer conexões com os comitês do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios, assegurando sua presença no CGI.



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

A equipe de Bom Jesus do Tocantins na entrega das cestas básicas para famílias de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social cadastradas no projeto.



Foto: João Vítor – Norte Sul Studio, 2022.

Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Bom Jesus do Tocantins

Entre as contribuições do Territórios em Rede, foi possível traçar um perfil das crianças e dos adolescentes em situação de exclusão escolar alcançadas em Bom Jesus do Tocantins.

Observações Gerais

- Bom Jesus do Tocantins atende um grupo equilibrado em relação a gênero, com uma ligeira predominância de crianças do sexo masculino (51,2%, em 2023), que é o panorama mais comum no Brasil;
- Crianças e adolescentes identificadas em situação de exclusão escolar são majoritariamente pretas e pardas;
- A maioria das famílias tem baixa renda e é beneficiária de programas de transferência de renda;
- Mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado do lar e das crianças e adolescentes, em grande parte, de forma solitária;
- Saúde e deficiência são fatores de destaque sobre a condição de exclusão escolar;
- Trabalho infantil e gravidez na adolescência são questões preocupantes, embora em baixa proporção.

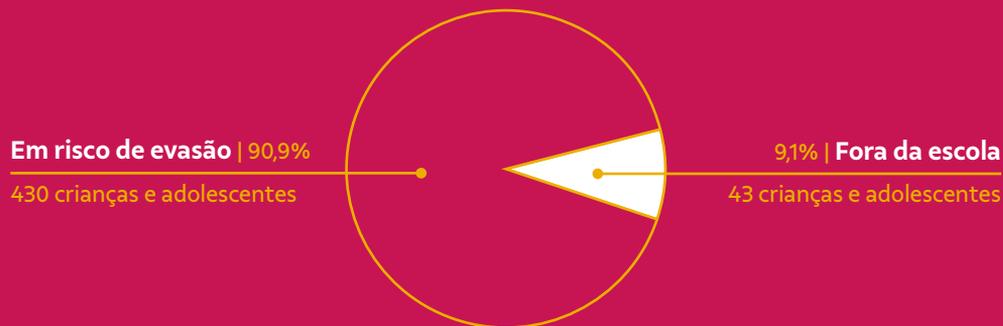
Situação da exclusão escolar em Bom Jesus do Tocantins

(quando cadastrados no Territórios em Rede)

Total de **473** crianças e adolescentes

Crianças fora da escola ou em risco de evasão escolar

(Situação no ato do cadastramento)



Outras informações



3,2%

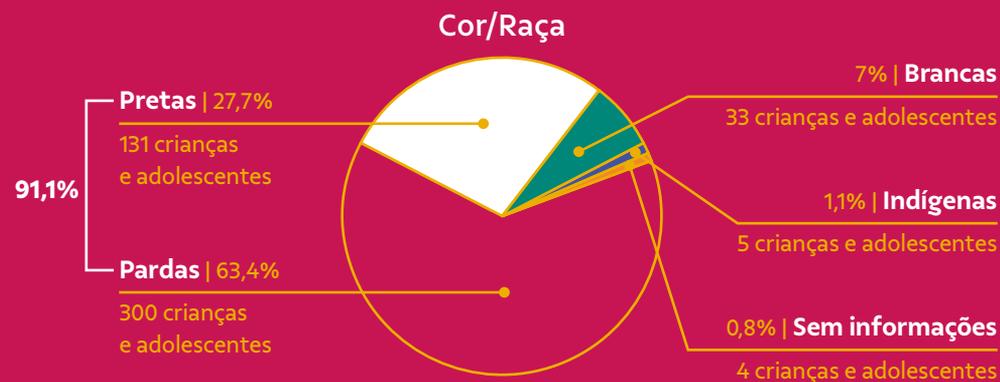
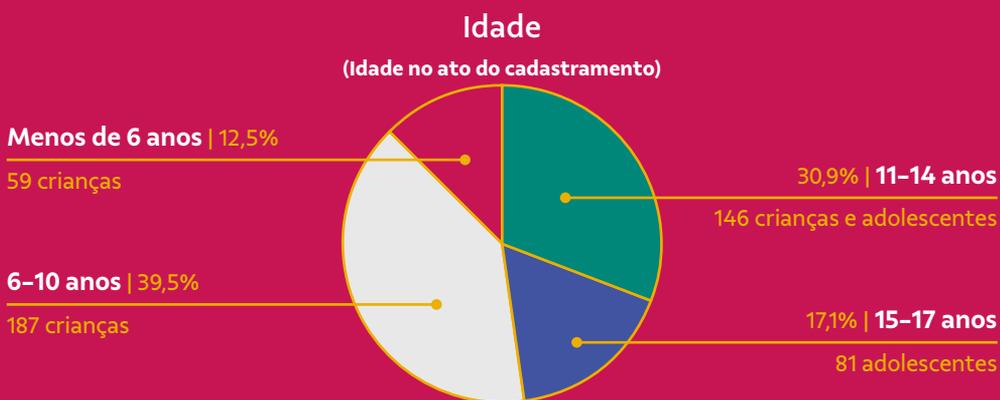
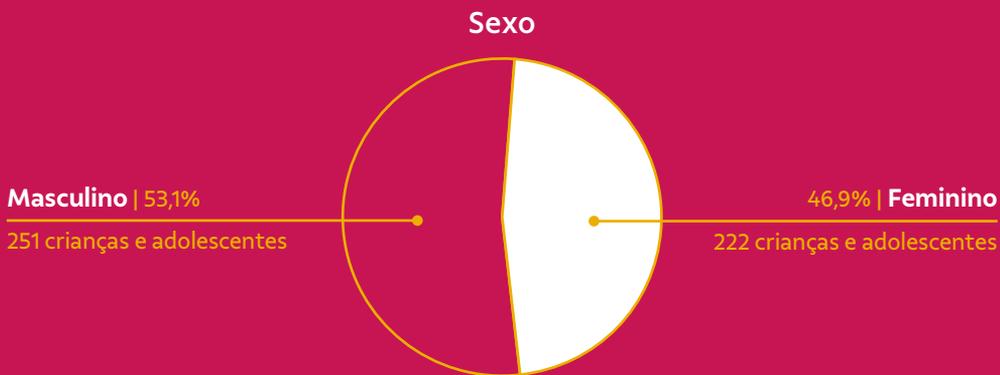
estavam envolvidas em trabalho infantil quando cadastrados = 15 crianças e adolescentes



1,1%

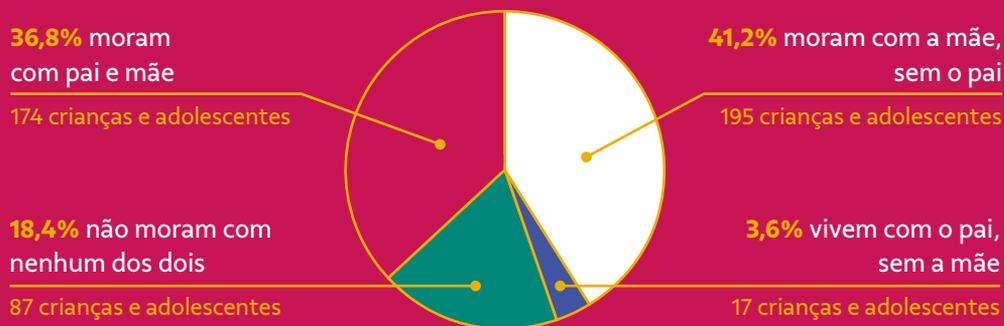
dos(as) adolescentes com idade entre 12 e 17 anos cumpriam medidas socioeducativas, representando um grupo que necessita de atenção especializada e apoio = 2 adolescentes

Perfil das crianças identificadas pelo Territórios em Rede em Bom Jesus do Tocantins

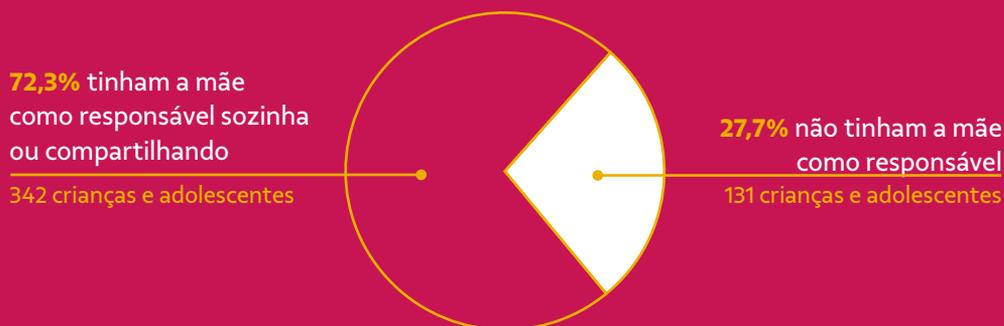


Configuração familiar

Com quem as crianças e adolescentes residem

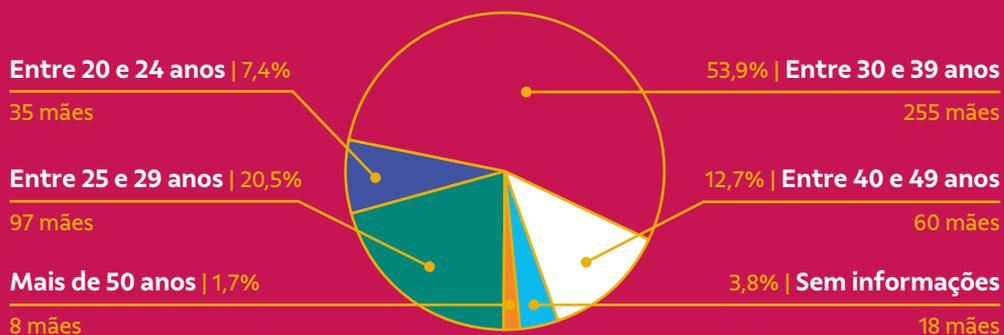


Principal responsável pelas crianças e adolescentes



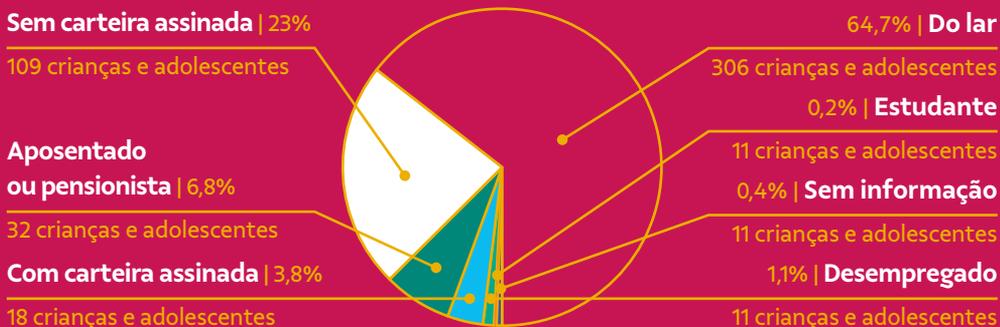
Idade da mãe

(quando da identificação pelo Territórios em Rede)

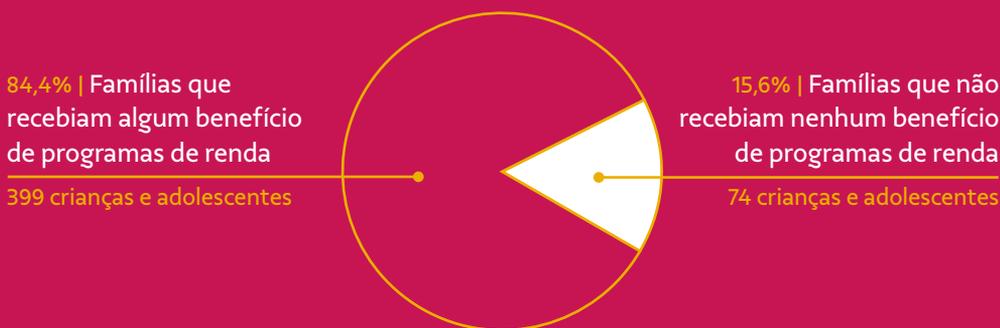


Trabalho e renda

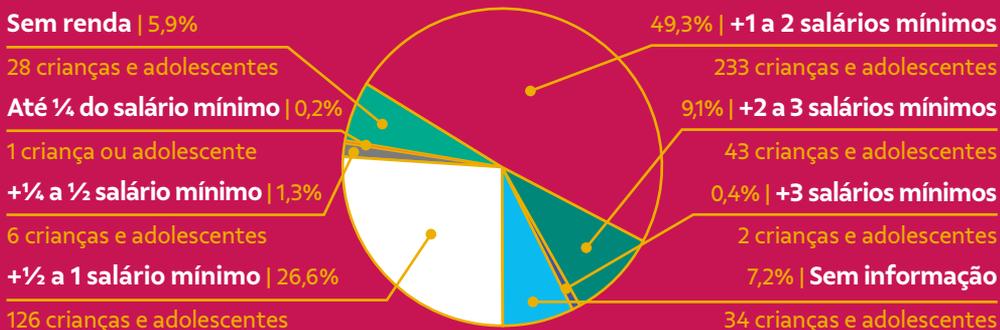
Ocupação dos responsáveis



Beneficiários de programas de renda



Renda familiar



Saúde



19,2%

tinham problemas de Saúde

= 91 crianças e adolescentes



3,8%

possuem alguma deficiência, o que pode representar barreiras adicionais para sua inclusão e acesso à Educação

= 18 crianças e adolescentes



5%

estavam grávidas = 6 meninas entre 11 e 17 anos

Destaques

Desigualdade Racial

- 91,1% das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar são negras (somando as categorias preta e parda), refletindo desigualdades raciais profundas na comunidade. Esta proporção sugere que as crianças negras enfrentam barreiras específicas no acesso à Educação, possivelmente ligadas a questões econômicas, discriminação racial e falta de representatividade.

Desigualdades Sociais e Econômicas

- Uma grande proporção das crianças e adolescentes (41,2%) habita com a mãe sem o pai, revelando que muitas mulheres assumem as responsabilidades na criação dos filhos, frequentemente sem apoio de um parceiro.

Urgência das questões raciais

A desigualdade racial no Brasil é profundamente enraizada e sistêmica, persistindo devido à insuficiência de políticas públicas voltadas para combatê-la. Segundo dados do IBGE (2018),¹¹ embora os indivíduos pretos e pardos constituam 56% da população brasileira, eles representam 71% daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza. Em contraste, os brancos compõem 27% deste grupo. A situação torna-se ainda mais agravante quando analisamos a extrema pobreza: 73% são negros, enquanto apenas 25% são brancos. Para criar uma sociedade mais justa, é essencial entender como cada segmento socioeconômico contribui para perpetuar o racismo, a fim de desenvolver abordagens eficazes para superá-lo. No âmbito educacional, tal disparidade é flagrante. Lutar contra ela é fundamental para promover qualquer transformação significativa. Apenas com uma abordagem comprometida com uma Educação das Relações Étnico-Raciais e o enfrentamento do racismo podemos aspirar a uma sociedade mais equitativa.

Esta análise reforça a urgência de políticas públicas voltadas a mitigar as desigualdades raciais que se antepõem à efetivação do Direito à Educação, considerando acesso, permanência escolar e aprendizagem, por meio de uma abordagem antirracista, que contemple desde a esfera pedagógica até a gestão escolar.

O compromisso com a política antirracista precisa, ainda, estar presente em todas as áreas de atuação do Estado Democrático de Direito, em especial, nas políticas sociais direcionadas à população negra.

¹¹ Fonte: IBGE. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf



Fotos: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

- Para 72,2% das crianças e adolescentes, a mãe é a responsável, enfrentando desafios econômicos e emocionais, especialmente em contextos monoparentais, com a difícil tarefa de equilibrar sobrevivência, geração de renda e cuidados com os filhos.
- Há nessas famílias uma taxa significativa de pessoas “do lar” no papel de responsáveis (o que abrange 64,7% das crianças e adolescentes), o que indica uma baixa participação no mercado de trabalho formal e, consequentemente, uma maior vulnerabilidade econômica.

Os dados fornecem uma visão detalhada da situação de exclusão escolar e das condições de vida de crianças e adolescentes no município, ressaltando áreas críticas que necessitam de atenção e intervenção.

O perfil da exclusão escolar em Bom Jesus do Tocantins reflete desigualdades mais amplas observadas no Brasil, relacionadas à raça, gênero e classe. As desigualdades interseccionais criam barreiras adicionais que precisam ser abordadas para garantir o acesso equitativo à Educação. A sobrecarga enfrentada pelas mulheres, especialmente em contextos de baixa renda e minorias raciais, destaca a necessidade de políticas públicas que abordem as desigualdades de gênero, raciais e socioeconômicas de maneira integrada.

Política Nacional de Cuidados

Em outubro de 2023, o Brasil publicou o Marco Conceitual para a formulação da **Política Nacional de Cuidados e do Plano Nacional de Cuidados**. Produzido por um Grupo de Trabalho Interministerial – coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social e das Mulheres e com mais de 20 pastas envolvidas, além de IBGE, Ipea e Fiocruz –, o documento¹² pretende conceituar o tema, reconhecendo a distribuição desigual do cuidado na sociedade brasileira. Compreendido como um direito, o cuidado pode ser ofertado e demandado por toda e qualquer pessoa ao longo da vida, mas em especial crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Entretanto, devido às desigualdades estruturais de gênero, recai sobre as mulheres, principalmente negras, este tipo de trabalho. Avanços na estruturação de serviços e políticas de Estado que reflitam a economia de cuidados, ou seja, que reconheçam e valorizem aquilo que é necessário para a manutenção da vida no seu cotidiano, podem representar mudanças importantes na reflexão sobre as condições necessárias para o acesso e permanência de crianças e adolescentes nas escolas.

¹² Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados: disponível em <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>.



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

Cenários da exclusão escolar

Para melhor compreender a situação de exclusão escolar de crianças e/ou adolescentes, e suas famílias, foram coletadas informações sobre os motivos pelos quais não tinham sido matriculados, haviam evadido ou abandonado os estudos, ou estavam infrequentes na escola.

Com base nas informações fornecidas pelas famílias localizadas pelo projeto, a equipe de sistematização do Territórios em Rede categorizou os dados em dois grupos: fatores internos à rede pública de ensino e fatores externos à rede pública de ensino, congregando outras questões, além da alçada da escola, que impedissem o Direito à Educação.

Motivos da exclusão escolar¹³

Resumo

- 39,3% estão em famílias que alegaram como motivo principal a falta de renda, situação de pobreza e vulnerabilidade social ou questões familiares, o que representa um total de 186 crianças e adolescentes.
- 23,5% estão em famílias que alegaram como motivo principal os problemas de saúde da criança ou familiar, o que representa um total de 111 crianças e adolescentes.

¹³ Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

- 23,3% estão em famílias que alegaram como motivo principal a questão escolar, gestão educacional, falta de vaga ou desinteresse da criança pela escolarização, o que representa um total de 110 crianças e adolescentes.
- 13,3% estão em famílias que alegaram como motivo principal a ocorrência de violências físicas, territoriais ou discriminação, o que representa um total 63 crianças e adolescentes.
- Não há essa informação para 0,6%, o que representa um total 3 crianças e adolescentes.

Os dados revelam a interconexão entre fatores internos e externos na questão da exclusão escolar. Enquanto problemas socioeconômicos e de saúde representam desafios significativos à rede de proteção social, questões relacionadas à gestão educacional, qualidade do ensino e infraestrutura escolar também são fundamentais. Assim, uma abordagem intersetorial, que considere tanto o contexto socioeconômico quanto a qualidade da Educação, é fundamental para enfrentar efetivamente a exclusão escolar em Bom Jesus do Tocantins.



“O fracasso do projeto escolar assume crescente importância na formação social do sujeito, comprometendo o exercício de sua cidadania e, no limite, sua própria integridade física e intelectual.”

Marcelo Burgos, professor e pesquisador da PUC-Rio. ¹⁴

¹⁴ BURGOS, M. et al. “Infrequência e Evasão Escolar: nova fronteira para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”. *Revista Desigualdade & Diversidade* – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio n. 15, jul/dez, 2014, pp. 71-105.

Casos Ilustrativos

Articulação com a Saúde

Caso 1

Uma criança morava com a avó e era infrequente na escola, que então encaminhou o caso ao projeto. Havia situações em que não comparecia nenhum dia da semana, chegando a acumular vinte faltas em um mês. Este caso veio à tona no início do ano. Conversou-se com a direção da escola, questionando se ainda havia chance de recuperar as faltas para evitar a reprovação. Confirmada a possibilidade, a equipe dirigiu-se à família da criança. Na família, descobriu-se que a criança sofria de dores de cabeça intensas quando ia para a escola, mesmo após conversas com a professora e mudanças no seu posicionamento na sala. Suspeitou-se de problemas de visão. A avó da criança, sem condições financeiras para exames de vista, desconhecia a disponibilidade de exames gratuitos por meio do Sistema de Saúde. Então, fez-se a articulação com o setor responsável, apresentando os dados da criança ao Programa de Saúde da Família. Alguns dias após o encaminhamento, a criança foi atendida, realizou o exame de vista e obteve óculos. Confirmou-se que o problema era visual. Após a obtenção dos óculos, a criança não se queixou mais de dores de cabeça e a frequência escolar melhorou significativamente, conforme relatou a direção da escola. Essa situação destacou a eficácia da articulação rápida com o setor de Saúde.

Caso 2

Um adolescente de 14 anos sofreu um acidente a caminho da escola e desenvolveu crises de pânico. Após o acidente, ele se isolou completamente, deixando de frequentar a escola e evitando qualquer interação social. Ele não saía de casa para nada, nem mesmo para consultas no posto de Saúde, agravando sua situação. Ao acompanhar a família, percebeu-se a gravidade do caso e a necessidade urgente de intervenção. Iniciou-se a articulação com o setor de Saúde e, como primeiro passo, conseguiu-se uma teleconsulta.

Após esta consulta, um médico concordou em prescrever medicação para o adolescente, baseando-se nos relatos da mãe. Com cerca de quatro meses de tratamento, embora ainda não tenha retornado à escola, houve progressos significativos: ele começou a sair de casa e a visitar o posto de Saúde. Aceitou também uma consulta com um psicólogo. A expectativa é que, no próximo ano, ele consiga retomar o contato social e voltar para a escola. Este caso complexo exigiu uma atuação conjunta com a Assistência Social, dada a necessidade de apoio psicológico e social contínuo. Detalhes do caso foram compartilhados com a Assistência Social, que possui equipe de psicólogos e assistentes sociais, enfatizando a importância de um acompanhamento próximo à família. Assim, este e outros casos críticos foram direcionados aos órgãos competentes, com o apoio da Saúde, esperando-se um acompanhamento efetivo e um processo de melhoria contínua.

Em ambos os casos, problemas de saúde (dificuldades de visão e crise de pânico, respectivamente) foram fatores cruciais na interrupção da Educação das crianças. No caso 1, a falta de informações sobre os direitos do SUS e dificuldades financeiras de prover cuidados básicos de saúde, como providência de óculos, foi um obstáculo significativo. A efetiva articulação com a Saúde e a Assistência Social demonstrou-se essencial nas duas situações. No primeiro caso, a colaboração resultou em um exame de vista e óculos gratuitos. No segundo, a articulação permitiu a realização de uma teleconsulta e o subsequente tratamento médico e psicológico. Como observadas nestes casos, ações intersetoriais emergem como soluções pragmáticas e pontuais frente às deficiências das políticas públicas locais. Elas demonstram a capacidade de redes colaborativas em mitigar as falhas do sistema, porém, não devem ser vistas como substitutas das responsabilidades governamentais.

Articulação com o Conselho Tutelar

Caso 3

Era comum a necessidade de contatar o Conselho Tutelar para resolver questões de documentação, uma etapa importante relacionada à

Educação. Houve um caso em particular envolvendo uma família que havia se mudado para o município. As crianças estavam anteriormente matriculadas em uma escola de outro município no Pará, a cerca de quatro ou cinco horas de viagem. Não se sabia exatamente o motivo da mudança da mãe e das crianças, mas era conhecido que ela tinha uma irmã na região. A situação veio ao conhecimento por meio de contato via internet com essa irmã e de conversas com o agente de Saúde e moradores locais. As crianças viviam com a mãe e a tia em uma rua pequena da cidade. Ao tomar conhecimento do caso, houve uma visita à residência da família e, em seguida, um encaminhamento ao Conselho Tutelar para tratar da documentação necessária para a escolarização das crianças. O processo, infelizmente, mostrou-se burocrático e demorado, mas, por fim, conseguiu-se resolver. As crianças, uma com idade entre dez e doze anos e a outra com aproximadamente seis, não tinham o pai registrado. A proximidade física das instituições relevantes facilitou o encaminhamento do caso. Havia um contato oficial com um funcionário do Conselho Tutelar, o que ajudou a agilizar a resolução do caso.

No caso 3, as dificuldades burocráticas enfrentadas pela família para regularizar a documentação necessária para a escolarização também refletem a exclusão produzida pelas exigências institucionais, além dos desafios socioeconômicos. A colaboração com o Conselho Tutelar foi também central para resolver questões de documentação, enfatizando a importância de um trabalho em rede entre diferentes setores para superar barreiras burocráticas. Em longo prazo, políticas públicas estruturantes e bem implementadas são essenciais para garantir a cidadania plena e, assim, uma sociedade mais justa e equitativa.

Intersetorialidade

Os casos narrados acima, de forma breve, revelam a busca e importância da lógica intersetorial na orientação das ações da equipe do Territórios em Rede em Bom Jesus do Tocantins.

Ao trabalhar em conjunto com diversos setores das políticas sociais e atores institucionais, o projeto visava abordar as múltiplas causas da exclusão escolar e fornecer soluções imediatas e/ou abrangentes que criassem condições para que as crianças e suas famílias acessassem direitos. O projeto, então, atuou como uma ponte entre as famílias e os serviços essenciais. A equipe realizou articulações com órgãos, como o CRAS, CREAS e CT,¹⁵ escolas e unidades de Saúde, incluindo visitas domiciliares, distribuição de cestas básicas e, até mesmo, agendamento e acompanhamento de consultas médicas.



Fonte: banco de imagem do projeto, 2023.

Em reunião com a Secretaria de Assistência Social e a coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), a equipe de Bom Jesus do Tocantins debateu sobre a luta pela erradicação do trabalho infantil e o quanto essa prática corrobora com a evasão escolar de crianças e adolescentes.

¹⁵ CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social; CT – Conselho Tutelar.

Além de atuar diretamente para mediar a necessidade de vagas escolares com a rede educacional, o projeto trouxe novas rotinas e reflexões para os profissionais da Educação, desde o nível da gestão educacional, passando pela gestão escolar até a atuação pedagógica. Ao lançar luz sobre a questão da exclusão escolar no município, a rede municipal de Educação começou a se reorganizar, pós-pandemia, para produzir as informações necessárias para a Busca Ativa escolar do projeto. Isso incentivou o monitoramento periódico da frequência escolar, o mapeamento dos casos de abandono e a facilitação dos entraves de matrícula, dentre os quais o aceite da matrícula em qualquer momento do ano letivo e a organização das documentações pendentes com a rede de proteção, sem impedimentos para se restabelecer o vínculo escolar.

Durante seu percurso em Bom Jesus do Tocantins, o projeto ajudou a orientar e definir critérios para a Busca Ativa escolar no município, tendo em vista as dificuldades de acessar a escolarização de crianças e adolescentes mais vulnerabilizados naquele período.

Resultados e impactos

Com uma meta inicial de inserir 300 crianças e adolescentes na escola, o número alcançado em Bom Jesus do Tocantins evidencia o desafio do combate à exclusão escolar enfrentado na região. Ao mesmo tempo, o projeto demonstrou sua capacidade de incidir diretamente no território: entre as 473 crianças e adolescentes identificadas, 463 voltaram para a escola ou permaneceram nela, uma taxa de sucesso 154% em relação à meta.

- 43 crianças ou adolescentes estavam fora da escola e 33 foram matriculados (76,7%).
- 430 crianças ou adolescentes estavam em risco de evasão (infrequentes) e todos foram reinseridos (100%)

	Identificados	Inseridos	Meta	Alcance da meta
Bom Jesus do Tocantins	473	463	300	154%

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Métodos de Identificação e Resultados

No projeto Territórios em Rede de Bom Jesus do Tocantins, a Busca Ativa escolar foi a principal forma de localização das crianças e adolescentes fora da escola, representando 51,4%. Outra estratégia fundamental foi o processo de produção e validação das listas produzidas pela rede de ensino, que incluem dados de unidades escolares ou da Secretaria de Educação sobre abandono e infrequência, representando 13,1%. O desdobramento dessas listas, ou seja, as indicações de alguém já listado, contribuíram com mais 15,4%.

Por outro lado, 12,5% das identificações foram fruto de demanda espontânea, quando o projeto foi procurado espontaneamente pela família e/ou mobilização comunitária. As indicações diretas da rede articulada, como os equipamentos públicos da Assistência Social (CRAS, CREAS e Serviço Especializado de Abordagem Social) contribuíram com 1,1%. As organizações da sociedade civil, instituições religiosas e comércio local também desempenharam um importante papel, com 6,3% das crianças e adolescentes cadastrados.

Estratégias de identificação	Crianças e adolescentes identificados	%
Busca Ativa: abordagem ativa.	243	51,4%
Desdobramento das listas oficiais da Educação (indicação obtida no atendimento)	73	15,4%
Listas oficiais da Educação: de unidade escolar ou de secretarias de Educação (abandono, infrequente, distorção idade-série).	62	13,1%
Demanda espontânea: projeto procurado pela família ou respondente.	59	12,5%
Indicação: de organização da sociedade civil, instituição religiosa, comércio local.	30	6,3%
Indicação: de equipamento público da assistência como CRAS, CREAS, SEAS.	5	1,1%
Outro	1	0,2%
Total geral	473	100%

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Além disso, o Territórios em Rede desempenhou um papel crucial ao articular as demandas do território com a gestão pública. A atuação da equipe no território buscou promover a integração da rede de proteção e do Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes.

Ao apresentar para a Secretaria de Educação, sistematicamente, os motivos identificados da exclusão escolar, por escola, por bairro, por etapa de ensino e o perfil socioeconômico das crianças, adolescentes e suas famílias, foi possível contribuir para o planejamento das redes, sua autoavaliação, além de proporcionar insumos para a reformulação de projetos políticos pedagógicos orientados ao acolhimento dos estudantes vulnerabilizados socialmente, para a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar. Trata-se, contudo, de um processo lento, que teve como aposta o caminho da formalização de uma política pública intersetorial que pudesse dar a estas ações um caráter perene e efetivo.



↳ **Para lembrar:** há um acervo de material e vídeos/documentários publicados no canal no YouTube do Projeto

Para alcançar esses resultados, foram realizadas 3.658 ações de acompanhamento de crianças/famílias a fim de orientações e encaminhamentos necessários. Para esses atendimentos foram realizadas 2.727 visitas domiciliares e 2.034 contatos remotos. Dos 61 encaminhamentos feitos pela equipe visando a reinserção escolar e/ou inclusão:

- 39 foram para a Assistência Social;
- 9 para equipamentos da Educação;
- 8 para unidades da Saúde;
- 3 para o Conselho Tutelar; e
- 2 para outras instituições da sociedade civil.



Fonte: banco de imagem do projeto, 2023.

A equipe de Bom Jesus do Tocantins em visita institucional para informar sobre o encerramento do trabalho de campo e como as equipes podem se estruturar para dar continuidade ao acompanhamento das famílias atendidas.

Incidência Política

O projeto Territórios em Rede busca apoiar a consolidação de políticas públicas intersetoriais de prevenção e combate à exclusão escolar, formalmente reconhecidas pelo município. Além disso, visa capacitar os agentes públicos envolvidos para a efetiva implementação dessas políticas.

Há uma série de ações realizadas pelo projeto, em diferentes etapas e conforme a disponibilidade dos municípios em prosseguir com as orientações fornecidas, de modo que a experiência da incidência política em cada cidade é única e progressiva.



Fonte: banco de imagem do projeto, 2023.

O prefeito de Bom Jesus do Tocantins e representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social em reunião para a formalização do Comitê Gestor Intersetorial.

A implementação da metodologia do projeto, por meio de suas ações diretas no território para a inserção escolar de crianças e adolescentes, inicia um percurso de incidência prática a partir do estabelecimento de rotinas, fluxos, produção de informações e ações intersetoriais e de mobilização orientadas ao atendimento dos casos identificados.

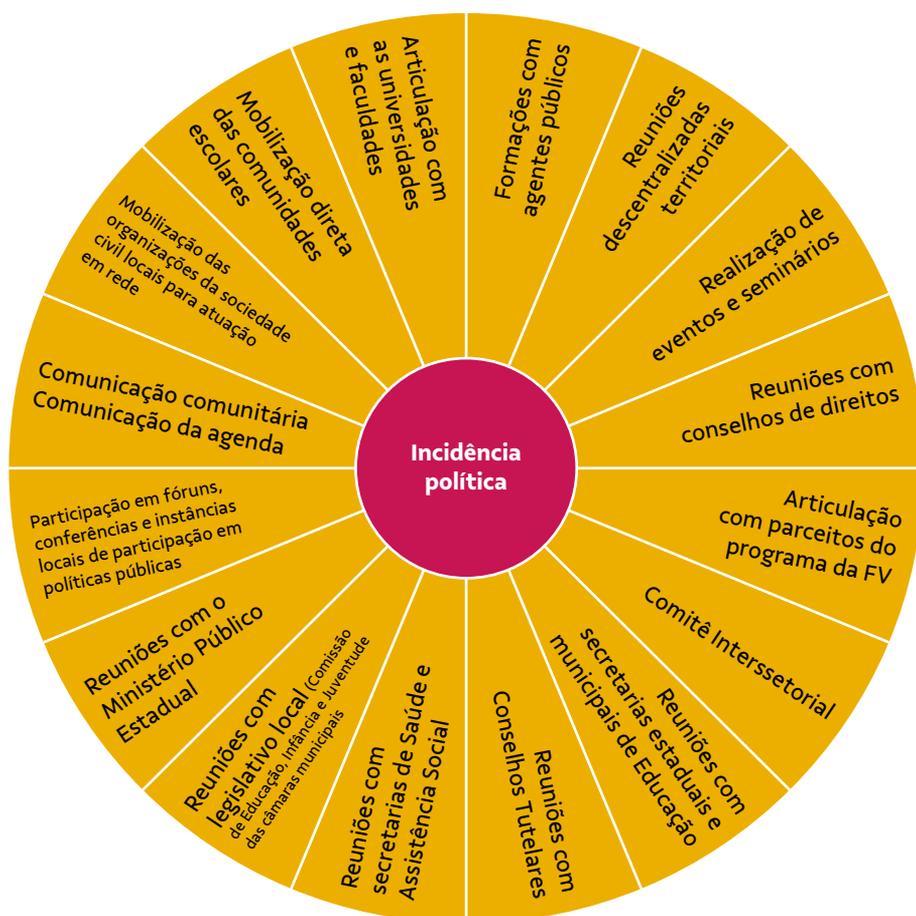
Paralelamente, se estabelecem espaços específicos de gestão das práticas instauradas, como o Comitê Gestor Intersetorial, mas também outros fóruns são criados ou fortalecidos em nível local, reunindo equipamentos públicos e sociedade civil em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar. O projeto atua, neste sentido, incentivando que estes espaços permaneçam ativos, inclusive, por meio de sua institucionalização.

Além disso, ações formativas são conduzidas com a finalidade de capacitar agentes públicos na atuação da Busca Ativa escolar e demais estratégias

necessárias para a implementação de uma política pública permanente com foco nesta agenda. É importante destacar que as ações realizadas são construídas de forma dialógica com os representantes municipais, com especial adesão das pastas de Educação, Assistência Social e Saúde, dentre outras.

Ações de incidência para a política pública

As ações necessárias para o aprimoramento das políticas públicas com foco no enfrentamento da exclusão escolar podem ser muitas, porém em cada município é importante compreender quais os caminhos possíveis e quais as demandas que se apresentam com mais força. A Mandala a seguir reúne um conjunto de ações possíveis nessa direção, organizando um potencial de atuação com base na metodologia desenvolvida pelo Territórios em Rede.



Em Bom Jesus do Tocantins, o trabalho de incidência política começou desde o início do projeto, estabelecendo uma rotina de articulação e acompanhamento com as secretarias relevantes. Inicialmente, foram realizadas reuniões setoriais para definir fluxos de identificação de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar, com base nas práticas já adotadas nos respectivos programas das pastas. Com base nas potencialidades identificadas, o projeto iniciou uma dinâmica contínua de mediação entre as diferentes áreas da administração pública, visando promover uma ação intersetorial coesa.

Assim, o Comitê Gestor Intersetorial estabeleceu uma dinâmica de reuniões interdisciplinares mensais com o objetivo de compreender o fenômeno da exclusão escolar no município, envolvendo a análise de casos reais atendidos pelo projeto, as características da população identificada nessa situação e os desafios enfrentados pela rede de proteção.

Durante todo o percurso do projeto Territórios em Rede no município, o CGI realizou 28 reuniões, focado em estratégias de combate à exclusão escolar.

No município, as seguintes secretarias e instâncias públicas participaram do fórum de debates:

- Secretaria Municipal de Educação – SEMEC (Diretora de Ensino, Coordenadora da Frequência escolar do Bolsa Família e Técnicos verificadores / BAE)
- Secretaria Municipal de Saúde – SMS (Coordenadora da Atenção Básica e Coordenador do Programa Saúde na Escola – PSE)
- Secretaria Municipal de Assistência Social (Coordenador do CADÚnico e Assistente Social do CRAS)
- Conselho Tutelar (Conselheira)
- Família Acolhedora/CREAS (Coordenadora)

Teve destaque, ainda, a parceria com a estratégia **Busca Ativa Escolar**, uma iniciativa do Unicef e da Undime¹⁶ para municiar as gestões municipais com ferramentas e metodologias de enfrentamento da exclusão escolar, como um

caminho para promover a estruturação de uma política pública por meio de formações destinadas à utilização da plataforma *online* que este programa disponibiliza aos municípios, assim como da apropriação metodológica das ações de Busca Ativa e do trabalho intersetorial. Desse modo, o projeto estabeleceu, junto à prefeitura de Bom Jesus do Tocantins, um trabalho que realizou desde o incentivo à adesão do município à estratégia da Busca Ativa até ações de assessoria para a aprendizagem sobre seu funcionamento e operação: orientação para a organização dos fluxos intersetoriais, formulação de plano de trabalho, capacitação de equipes (orientadores pedagógicos, agentes comunitários de saúde, assistentes sociais, conselheiros tutelares, entre outros) e estímulo à autonomia para a condução do Comitê Gestor Intersetorial.

Como desafios do grupo e do próprio processo de trabalho, aponta-se a dificuldade de estabelecer uma cultura (práxis) intersetorial, a resistência de alguns agentes públicos a uma nova agenda de trabalho, a dificuldade na definição de representantes fixos, ocasionando instabilidade e rotatividade de participantes, conflitos internos à gestão pública sobre o escopo de atuação exigido de cada pasta e programa, pouca capacidade resolutiva dos participantes e preocupação com a sustentabilidade da iniciativa.

Como avanços, porém, podem ser ressaltados:

- Adesão à Busca Ativa Escolar, iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e acompanhamento para sua implementação;
- Realização de comitês formativos ampliados com temáticas sobre o Sistema de Garantia de Direitos;
- Realização de estudos de caso, proporcionando atendimento integral pela rede às famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Criação dos Fóruns Intersetoriais Descentralizados com os profissionais das escolas, unidades de Saúde e equipamentos da Assistência Social, sociedade civil e Conselhos Tutelares que atuam localmente, mediante reuniões mensais em dois territórios: lado esquerdo da BR e lado direito da BR;

Busca Ativa Escolar (Unicef/Undime)

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizada gratuitamente para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pelo Unicef, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados têm dados concretos que possibilitam planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos de meninas e meninos.

A Busca Ativa Escolar reúne representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento, etc., fortalecendo, dessa forma, a rede de proteção. Cada Secretaria e profissional têm um papel específico, que vai desde a identificação de uma criança ou adolescente fora da escola ou em risco de abandono, até a tomada das providências necessárias para seu atendimento nos diversos serviços públicos, sua (re)matrícula e sua permanência na escola.

Todo o processo é acompanhado pela ferramenta tecnológica, que funciona como um grande banco de dados que facilita a comunicação entre as áreas, armazena dados importantes sobre cada caso acompanhado, e apoia na gestão das informações sobre a situação da criança e do adolescente no município e/ou estado. A ferramenta pode ser acessada em qualquer dispositivo, como computadores de mesa, computadores portáteis, *tablets*, celulares (SMS) ou celulares (*smartphones*). Há também formulários impressos para facilitar o uso dos profissionais que não têm acesso a dispositivos móveis.

Fonte: Busca Ativa Escolar Página inicial. <https://buscaativaescolar.org.br/>

- Formações dos agentes públicos sobre a metodologia da Busca Ativa Escolar e intersectorialidade;
- Formalização do Comitê Gestor Intersetorial por meio de Decreto Municipal, que institui a Busca Ativa Escolar como política de enfrentamento da exclusão escolar no município.

Além do trabalho intersetorial no nível da gestão municipal, o projeto criou e desenvolveu os grupos de trabalho locais, incluindo participantes da rede de proteção social no nível dos equipamentos públicos localizados nos bairros, com atendimento direto à população, como as escolas, os CRAS, as UBS, os Conselhos Tutelares, além de representantes da sociedade civil. A experiência iniciou-se no final do trabalho de campo da equipe de articuladores locais, visando manter a articulação necessária para a continuidade dos atendimentos aos casos de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar pelos agentes públicos locais.



Fonte: banco de imagem do projeto, 2024.



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

Considerações e aprendizagens



“Qualquer país que se digna a proteger e garantir direitos precisa de uma Educação que seja para todas as pessoas e que, no caso do Brasil, supere a histórica negligência ao Direito à Educação.”

Natacha Costa, Diretora da Cidade Escola Aprendiz¹⁷

Para garantir a sustentabilidade das conquistas do projeto Territórios em Rede e disseminar a metodologia e as aprendizagens obtidas, foi sistematizado um conjunto de considerações e recomendações.

Quanto ao fluxo e monitoramento das informações

- Criação de um sistema integrado das políticas sociais, com incentivo à utilização do CPF como código único de identificação;
- Alimentação permanente do sistema integrado com informações atualizadas sobre crianças, famílias e atendimentos (incentivo à atualização regular dos dados nas escolas);
- Definição de um fluxo permanente sobre estudantes infrequentes, com incentivo ao controle diário da frequência escolar;

¹⁷ <https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-integral-qual-o-sentido-de-mais-tempo-na-escola/>.

- Melhoria do aproveitamento da ficha de matrícula dos estudantes para ampliação do conhecimento sobre o perfil discente como insumo para a gestão escolar e o projeto político-pedagógico;
- Não exigência de declaração escolar anterior no ato da matrícula, uma vez que o histórico da criança ou do adolescente permanece no sistema de gestão acadêmica (para os casos de estudante que já passou pela rede) e, muitas vezes, se tornava um impeditivo para a matrícula;
- Parceria com os órgãos públicos e o estabelecimento de um fluxo firmado entre as entidades, a fim de regulamentar os fluxos de troca de informações com base na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Quanto ao acesso à escola

- A mediação do projeto entre a demanda das famílias e a oferta de vagas pela rede municipal revelou que as vagas oferecidas nem sempre atendem às necessidades das famílias, seja pela distância ou necessidade de transporte, pelo horário ou disponibilidade de vagas para irmãos na mesma escola, por questões específicas relacionadas aos estudantes com deficiência e à saúde ou, ainda, por problemas relacionados às fronteiras físicas e simbólicas que impedem o trânsito entre localidades próximas;
- O retorno do ensino presencial indicou a necessidade de ampliação de recursos financeiros e humanos que possam reverter os déficits de escolarização dos estudantes, a perda de matrículas e o aumento do abandono escolar. Soma-se a estas demandas, a necessidade de investimento em formação continuada e do acompanhamento dos profissionais da Educação no desenvolvimento de estratégias pedagógicas capazes de superar os desafios ligados às aprendizagens;
- Ampliação e qualificação da divulgação de informação sobre a matrícula, com maior capilaridade nos territórios mais vulneráveis e com a garantia

de profissionais capacitados para o acompanhamento e orientação adequados às famílias. É importante que as informações sejam compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes nos territórios para que toda a rede de proteção possa orientar devidamente os responsáveis pelas crianças e adolescentes;

- Implantação de protocolo interno da Secretaria de Educação quanto ao atendimento legal para casos de crianças sem documentação (certidão de nascimento, comprovante de escolaridade, etc.);
- Ampliação da oferta do transporte escolar e do transporte público sem custo para estudantes e para os responsáveis que os acompanham no trajeto escolar;
- Definição de estratégias para situações que dificultam o acesso à escola: unidades escolares distantes da residência ou instaladas em áreas de risco; exclusão de “estudantes-problema” (comumente considerados de natureza comportamental, indisciplina e/ou baixo aproveitamento nos estudos); em situação de medida socioeducativa; inexistência de vagas para irmãos na mesma escola, entre outros.

Quanto ao trabalho das escolas

- Construção e/ou revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, incluindo formas de prevenção da exclusão dos estudantes em situação de infrequência e a adoção de uma perspectiva inclusiva e equitativa;
- Adoção de uma perspectiva antirracista, de enfrentamento às desigualdades de gênero e da defesa de uma Educação laica em todas as esferas da gestão educacional, gestão escolar e atuação pedagógica;
- Criação de estratégias específicas para a garantia das condições de aprendizagem para crianças em risco de exclusão, no que diz respeito à promoção e à permanência na escola;

- Compromisso da escola com o abandono “zero”;
- Estímulo à organização dos estudantes e ao protagonismo juvenil para a prevenção da exclusão escolar e promoção de melhorias no ambiente escolar e das relações interpessoais;
- Formação continuada dos profissionais da Educação e desenvolvimento de práticas de gestão e pedagógicas que efetivem uma aprendizagem equitativa, considerando as desigualdades raciais, de gênero, relacionadas às pessoas com deficiência e aos territórios;
- Formação continuada para professores, preparando-os para atender as diversas necessidades dos estudantes e para o ensino em um ambiente pós-pandemia;
- Ampliação da oferta educativa, com diversificação de tempos, espaços e linguagens, incluindo artes, esportes e atividades extracurriculares, promovendo o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Quanto ao trabalho da rede de proteção social junto às famílias e escolas

- Ampliação de programas de transferência de renda para famílias em situação de pobreza, assegurando que as necessidades econômicas não levem os adolescentes ao trabalho precoce e desprotegido, permitindo que se concentrem exclusivamente em sua aprendizagem;
- Investimento em serviços de saúde mental e bem-estar nas escolas e unidades de Saúde para apoiar o desenvolvimento emocional e psicológico dos estudantes, especialmente das adolescentes gestantes;
- Envolvimento comunitário e familiar com a participação ativa da comunidade e dos responsáveis na Educação, criando uma rede de apoio ao redor dos estudantes e fortalecendo a comunidade escolar;

- Promoção de parcerias e mobilização das instituições locais (associações de moradores, igrejas, ONGs, comércios locais e equipamentos públicos, entre outros) para o engajamento das comunidades em torno do compromisso da superação da exclusão escolar. É importante que as informações sejam compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes nos territórios para que toda a rede de proteção possa orientar devidamente os responsáveis;
- Promoção de campanha permanente pela causa da garantia do Direito à Educação, com ampla mobilização no município, por meio de diversos recursos já disponíveis e estratégias de comunicação (cartazes, folhetos, *folders*, panfletagem, carro de som, etc.) de forma planejada, para maior efetividade dos resultados.

Quanto à intersetorialidade e colaboração

- A construção de respostas intersetoriais permitiu que diferentes setores trabalhassem juntos para enfrentar o problema da exclusão escolar de maneira multidimensional e sistêmica, considerando os diferentes aspectos relacionados ao fenômeno;
- A colaboração entre diferentes setores e serviços levou à utilização mais racional dos recursos, evitando duplicações de agendas, redundâncias de ações e aproveitando as sinergias entre as diferentes áreas, como metas e objetivos comuns, além de profissionais responsáveis por diferentes programas;
- A articulação de redes de serviços para atendimento das demandas das famílias permitiu que os sujeitos e comunidades tivessem acesso a um conjunto mais amplo de oportunidades e direitos, sem a qual possivelmente teriam encontrado maiores dificuldades para acessar;
- A articulação de diferentes setores e serviços em torno de uma causa comum amplia e fortalece o *advocacy* e a incidência em políticas, ampliando a defesa por recursos e o aprimoramento das condições de trabalho nos territórios;

- A ativação dos territórios e bairros do município em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar promove a colaboração entre os equipamentos públicos e a integração dos serviços de Educação, Saúde, Assistência Social, sociedade civil, entre outros, fortalecendo os vínculos comunitários e o sentimento de pertença;
- A interação entre diferentes setores e profissionais permite a troca de conhecimentos e os incentiva a melhores práticas, aprimorando a reflexão sobre o atendimento prestado, ampliando o conhecimento sobre o que cada secretaria oferece, seus desafios e estratégias, de modo a fortalecer uma cultura de trabalho intersetorial no município.

Ficha Técnica

FUNDAÇÃO VALE

Malu Paiva

Presidente do Conselho de Curadores

Flavia Constant

Diretora Presidente

Pâmella De-Cnop

Diretora Executiva

Fernanda Fingerl

Gerente de Metodologias Sociais

Marcus Finco

Gerente Norte

Andreia Prestes

Analista Especialista de Metodologias

Marluce Braz

Analista de Metodologias

Juliana Barreto

Analista Norte/Nordeste

Fabio Macedo

Comunicação Fundação Vale

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Natacha Costa

Diretora Geral

Paula Patrone

Diretora Institucional

Raiana Ribeiro

Diretora de Programas

Roberta Tasselli

Diretora de Comunicação para o Desenvolvimento

Eliana Sousa Silva

Consultora Metodológica

Julia Ventura

Gestora Estratégica

Gisele Martins

Gestora Estratégica de Campo

Dalcio Marinho

Gestor Estratégico de Produção de Conhecimento

Ana Paula Santana Rodrigues

Felipe Tau

Gestão Executiva

Bianca Cambiaghi

Filipe Mendonça

Gestão de Monitoramento e Avaliação

Daniele Moura

Isys Remião

Gestão de Comunicação

Elza Sousa

Gestão Geral de Campo

Ana Karla Galindo

Diego Vieira

Gestão de Polo

Sabrina Bairros

Luciana Souza

Analistas de Comunicação

Marco Faganello

Analista de Monitoramento e Avaliação

Fernando Nascimento

Assistente Monitoramento e Avaliação

Gabriel Oliveira de Carvalho

Assistente de Projeto

Jaqueline Maria Ferreira de Souza

Assistente de Comunicação

Equipe Territórios em Rede
Bom Jesus do Tocantins

Eciane Ribeiro
Gestão Local

Hugo Sousa Santos
Naiade Santos
Articuladores locais

Evidências e Sistematização

Miriam Krenzinger
Consultora

Natália Guindani
Coordenação

Bruna Musumeci
Luiza Santos
Pesquisadoras

Luiza Santos
Pesquisadora

Fernando Mendes
Assistente de pesquisa

Julia Ventura
Natacha Costa
Raiana Ribeiro
Revisão técnica

Gláucia Cavalcante
Gustavo Abumrad
Projeto Gráfico

Gustavo Abumrad
Diagramação

Thais Paiva
Revisão de textos

Daniele Moura
Isys Remião
Revisão Final

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Investidor:



Parceiro Institucional:





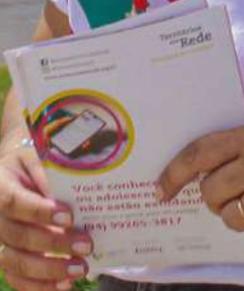
Territórios
em Rede

Territórios
em Rede

Territórios
em Rede

STEP
BACK
& COME
UP!

COSMIC





Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Investidor:



Parceiro Institucional:

